

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

YAGO CHEDE COLLAÇO

**De Pinochet até a Nova Constituinte:**  
O Processo de Justiça de Transição Chileno

Florianópolis  
2021

Yago Chede Collaço

**De Pinochet até a Nova Constituinte:**  
O Processo de Justiça de Transição Chileno

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.  
Orientador: Prof. Dra Clarissa Franzoi Dri

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Collaço, Yago Chede

De Pinochet até a Nova Constituinte: : O Processo de  
Justiça de Transição Chileno / Yago Chede Collaço ;  
orientador, Clarissa Franzoi Dri, 2021.

73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,  
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Chile. 3. Justiça de  
Transição. 4. Nova Constituição. I. Dri, Clarissa Franzoi.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Relações Internacionais. III. Título.

Yago Chede Collaço

**De Pinochet até a Nova Constituinte: O Processo de Justiça de Transição Chileno**

Florianópolis, 08 de setembro de 2021.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dra. Clarissa Franzoi Dri

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

Avaliador

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Sandra Regina Leal

Avaliadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

---

Prof. Dra Clarissa Franzoi Dri

Orientadora

Florianópolis, 2021.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família: Regina, Danilo, Igor e Yan. Obrigado pelo amor, carinho, ajuda e incentivo dados durante toda minha vida.

Às pessoas fantásticas que encontrei durante todo o curso. À Mariana por ouvir todas as reclamações e futilidades principalmente durante este período difícil que a sociedade está vivendo. À Aline por estar desde o primeiro semestre respondendo qualquer dúvida com seu jeitinho único. Agradeço também outras diversas amizades feitas durante este período, em especial a Luana, Murilo, Sofia e a Bruna.

Ao pessoal de Criciúma (e seus derivados) que, mesmo com centenas de quilômetros de distância, conseguiram manter a minha sanidade durante boa parte destes 4 anos. Em especial ao Pedro, Gabriel, Vinicius e Felipe.

À minha orientadora, Clarissa, que desde o primeiro e-mail mandado já aceitou a ideia e deu diversas dicas que levarei para a vida. Agradeço por todas as leituras indicadas e também pela maravilhosa rapidez em responder toda as dúvidas que iam aparecendo.

À incrível UFSC, que mesmo com seus problemas e os diversos ataques externos, continua a ser este local único de aprendizado tanto educacional como social. Aos organizadores dos projetos de extensão UFSCMUN e SIEM por me fazerem se interessar pelo incrível mundo das simulações. Agradeço também aos seus professores e a todo o seu departamento de Relações Internacionais.

“Para que não se esqueça, para que não se repita”  
(Autoria desconhecida)

## RESUMO

A presente monografia tem como objetivo principal fazer uma ligação dos grandes protestos que houveram durante o Chile em 2019 com os eventos ocorridos durante a ditadura militar que houve no país, utilizando a teoria da Justiça de Transição como sua base. Para isso é feito uma análise das principais mudanças que ocorreram no Chile feitas por Pinochet até o presente momento, mostrando desde o golpe militar de 11 de setembro e de como ele logo instaurou um regime em que o medo virou a principal arma. Também será analisado como os governos após a redemocratização chilena fracassaram em realizar a conciliação de sua população, o qual é o objetivo principal da teoria estudada, além de ser analisado como cada um dos pilares da Justiça de Transição foram aplicados pelo governo, mostrando os principais erros que levaram ao caos que o país viveu. Por fim será exposto como se deu o processo que levou o Chile a organizar uma nova Constituinte, mostrando os principais pontos que estão sendo debatido. Para a sua realização será utilizado a metodologia historiográfica e de caráter explicativo, descrevendo os fatos históricos com o apoio principalmente de escritores e veículos de informação chilenos.

**Palavras-chave:** Chile. Justiça de Transição. Pinochet. Constituição

## **ABSTRACT**

The main goal of this work is to link the great protests that happened during Chile in 2019 with the events that took place during the country's military dictatorship, using the theory of Transitional Justice as its basis. For this, an analysis of the main changes that took place in Chile made by Pinochet is made, showing since the military coup of September 11th and how he soon established a regime in which fear became the main weapon. It will also be analyzed how governments after Chilean democratization failed to reconcile their population, which is the main objective of the theory studied, in addition to analyzing how each of the pillars of Transitional Justice were applied by the government, showing the main mistakes that led to the chaos that the country lived. Finally, it will be shown how the process that led Chile to organize a new Constitutional Convention, showing the main points that are being debated. For its realization, a historiographical and explanatory methodology will be used, describing the historical facts with the support mainly of Chilean writers and newspapers.

**Keywords:** Chile. Transitional Justice. Pinochet. Constitution.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Total de cadeiras ocupadas por grupos políticos na elaboração da nova Constituição – em % .....	52
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Votos do Plebiscito de 1980 sobre a aprovação da Constituição de 1980 .....	35
Tabela 2 – Votos do plebiscito de 1988 sobre a continuidade do Governo Pinochet por mais oito anos.....	42
Tabela 3 – Votos do Plebiscito de 2020 sobre a aprovação de uma Nova Constituinte. ....	49
Tabela 4 – Votos do Plebiscito de 2020 sobre a forma que deveria ser a Nova Constituinte, caso fosse aprovada. ....	50

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AChM – Associação Chilena de Municípios

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CIA – Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos

CODELCO – Corporação Nacional do Cobre do Chile

COP – Conferência das Partes

CRHIAM – Centro de Recursos Hídricos para a Agricultura e o Minério do Chile

DINA – Diretoria de Inteligência Nacional do Chile

FMI – Fundo Monetário Internacional

OEA – Organização dos Estados Americanos

PIB – Produto Interno Bruto

SERVEL – Serviço Eleitoral do Chile

SNS – Serviço Nacional da Saúde do Chile

SNSS – Sistema Nacional de Serviço de Saúde do Chile

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>MARCOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS .....</b>	<b>19</b>
2.1	A Ditadura no Chile.....	19
2.2	Constituição Autoritária .....	31
2.3	Pilares da Justiça de Transição.....	36
<b>3</b>	<b>DE PINOCHET À NOVA CONSTITUINTE.....</b>	<b>41</b>
3.1	Mudanças Constitucionais na Redemocratização.....	41
3.2	Justiça de Transição aplicada ao Chile.....	55
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>63</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Chile ganhou destaque a nível mundial por várias de suas características que ficaram conhecidas por todo o mundo. A economia crescia acima do que a maioria dos outros países. Causas sociais que se caracterizavam como a equidade de gênero já estão no debate público há décadas, além de que a expectativa de vida do país é a maior de todo o continente americano e uma das maiores do mundo. Foi o pioneiro dos países sul-americanos a participar de organizações como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, dois dos principais fóruns econômicos mundiais. As questões ambientais já são discutidas na sociedade há diversos anos, fazendo com que o país estabelecesse acima das metas acordadas em tratados ambientais, como é o Acordo de Paris, fazendo com que fosse o primeiro país sul-americano a sediar a COP. Com todas estas qualidades, a possibilidade de o país entrar num caos e na desordem era inimaginada pela maioria das pessoas, com a exceção dos chilenos.

Contudo, esta imagem do “país quase perfeito” não existia na mentalidade chilena, visto que já estavam há mais de três décadas lutando por direitos fundamentais mínimos, no qual são as garantias básicas necessárias para o estabelecimento de uma dignidade ao cidadão como o acesso à educação e a saúde de qualidade. A ideia de que o país tem um alto PIB per capita só existe na teoria já que o país tem uma desigualdade enorme, visto dados divulgados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 2017, na qual o 1% dos mais ricos do país possuem mais de 25% de toda a riqueza do país. Outra questão que aprofunda esses números é que, mesmo que o salário mínimo do país seja mais alto que a maioria de seus vizinhos sul-americanos, o alto custo de vida no país faz com que esse valor se torne insuficiente para viver nas suas maiores cidades (BBC, 2019).

A educação pública e de qualidade diminuiu drasticamente com o tempo, tendo a maior parte delas precisando criar altas mensalidades para conseguirem sobreviver. A previdência social só existe para pouquíssimos setores do país, fazendo com que grande parte da população precise trabalhar até sua morte. Todos esses problemas, mesmo que possuam finais diferentes, afetam plenamente a

questão social do país. Contudo, a semelhança entre elas é uma: o seu surgimento durante a Ditadura de Pinochet.

Foi durante o período militar chileno que houve drásticas mudanças que alteraram o rumo do país. A queda de Allende acabou com a ideia da “via democrática ao socialismo”, ao qual já tinha alterado parte das bases estruturais econômicas que havia no país. Grande parte da Reforma Agrícola foi realizada durante o seu governo, além da estatização de todo o setor econômico do cobre. Foi esta última que fez com que os Estados Unidos, que já não estavam contentes com o rumo que o Chile estava indo durante o auge da Guerra Fria, começasse a apoiar de fato a oposição chilena e que logo depois apoiou o Golpe (HUERTA, 2013).

O Golpe de 11 de setembro de 1973 acabou com todos os planos que Allende via para o futuro do Chile. O discurso de Pinochet de reestabelecer a economia e fazer o país voltar aos trilhos logo perdeu a força pois a maior parte dos más índices continuaram ao longo dos primeiros meses. O que mudou de fato foi a criação do terrorismo de Estado, com a realização de diversas violações aos direitos humanos, incluindo mortes, torturas, prisões, sumiço e a censura. Estes foram os princípios do Governo Pinochet até a realização de um plano econômico que pudesse melhorar os resultados chilenos.

É neste momento que surgem os dois principais legados de Pinochet: o Neoliberalismo radical e a Constituição de 1980. O primeiro realizou várias privatizações e a diminuição do poder do Estado, enquanto que a segunda serviu para conseguir perpetuar este modelo. Foi nestas mudanças que o Governo chileno cedeu a obrigação de disponibilizar educação, saúde e assistência para os seus cidadãos, fazendo com que o livre-mercado virasse a nova reguladora e que a desigualdade social tivesse aval do governo (DELANO e TRASLAVIÑA, 1989).

Quase 40 anos se passaram e a Constituição criada por Pinochet ainda estava vigente, sofrido pouquíssimas alterações durante este tempo, mesmo com uma democracia já estabelecida. Os protestos de 2019 foram apenas o estopim para algo que já era visível há muito tempo: a inaceitabilidade de uma Constituição criada por um governo que não foi eleito e que cerceou os direitos do povo chileno.

Aliado a todos esses eventos, a teoria da Justiça de Transição consegue explicar as falhas que houveram no processo de redemocratização do país, fazendo com que a própria população tivesse que ir às ruas para mostrar o seu

descontentamento. Esta teoria, cujo é composta de cinco importantes pilares, serve para exemplificar quais alterações um governo necessita fazer para que não haja um retorno ao período em que foram cometidos crimes. Sendo um conceito recente, surgido na segunda metade do século XX, a Justiça de Transição foi moldada com o avanço da democracia em dezenas de países, comparando o que os governos de cada lugar fizeram para que houvesse a reconciliação nacional, tendo os melhores representante a Alemanha pós Segunda Guerra Mundial e a África do Sul após o fim do regime do apartheid.

Assim, este trabalho tem como objetivo principal o de explicar e analisar como que funcionou cada um dos pilares da teoria da Justiça de Transição no Chile no período após o fim do governo militar. Para realizar isso e também como parte dos objetivos específicos será feita uma revisão histórica de como se deu o Golpe de 11 de setembro e quais foram as principais alterações que ocorreram na estrutura chilena durante os governos Allende e Pinochet, o de analisar os principais feitos na questão de direitos sociais realizados no período após a redemocratização e a descrever quais foram os principais pedidos feitos pelos manifestantes durante os Protestos de 2019 e qual foi a sua influência para a realização da Nova Constituinte que o país está fazendo.

O presente trabalho está dividido em dois capítulos, sendo no primeiro feito uma análise mais histórica de como se deu o Governo Allende até a chegada do golpe militar. Após isto será visto melhor o período militar e analisado melhor as principais realizações feitas por Pinochet, com destaque na Constituição de 1980. Ao seu fim será feita uma exposição sobre o que é e como surgiu a Justiça de Transição, além de como funcionam os seus pilares.

Já o segundo capítulo começa com uma análise temporal das principais mudanças feitas na Constituição chilena até a chegada dos Protestos de 2019. Aqui será apresentado melhor as reformas constitucionais de pequeno impacto que foram realizadas após o período militar, relacionando a falta de atitudes bruscas com o que aconteceu com o Chile desde 2019, mostrando como se iniciou a convulsão social em outubro e sobre o que aconteceu no país após esses eventos, com destaque maior na realização de um Plebiscito sobre uma Nova Constituinte e sobre o que os seus eleitos estão tratando como as principais alterações que precisam ser feitas. Por fim é feita uma análise de como se deu a teoria da Justiça de Transição aplicada

ao Chile, vendo o que os governos após a redemocratização fizeram em cada um de seus pilares.

Para a realização deste trabalho serão utilizados tanto fontes primárias como secundárias e terciárias. Como exemplo desta primeira será analisada parte da Constituição Chilena de 1925 e a de 1980, além relatórios do próprio governo chileno quanto do governo norte-americano. Já como fontes secundárias serão analisadas obras de diversos autores acadêmicos que viveram durante o regime chileno, como é o caso de Patricia Verdugo que narra em sua obra como se realizou o primeiro plano militar de Pinochet que matou dezenas de pessoas. Além disso várias notícias dos principais jornais chilenos serão utilizadas como fonte dos eventos mais recentes do Chile, principalmente os que ocorreram nos últimos dois anos. Sobre a teoria da Justiça de Transição, os textos dos professores Paul Van Zyl e Ruti Teitel, conceituados internacionalmente por iniciarem os estudos do tema, serviram de base principal de apoio, além do jurista brasileiro Renan Quinalha.



## 2 MARCOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS

Para que seja feito uma análise sobre os eventos sociais que ocorreram no Chile após a redemocratização, o presente capítulo faz uma exposição das principais características do Governo Allende e da Ditadura Militar de Pinochet, mostrando as suas visões distintas de Estado e do que deixaram de legado para as gerações posteriores. Já a Seção 2.3 faz a explicação da teoria de Justiça de Transição, mostrando a sua origem histórica e como ela foi sendo moldada com o tempo, além da sua importância para estudar a troca de regimes políticos num mesmo país.

### 2.1 A Ditadura no Chile

Para poder entender como se formou o Golpe de Pinochet é preciso primeiramente entender o contexto chileno anterior ao golpe, principalmente a chegada de Salvador Allende ao poder no ano de 1970. Allende venceu uma eleição bastante disputada, conseguindo 36,63% dos votos enquanto o segundo colocado, Jorge Alessandri Rodríguez, ficou com 35,29%. Pela a então Constituição do Chile, vigente desde 1925, quando nenhum candidato tiver obtido a maioria é necessário que tenha um segundo turno feito pelo Congresso com apenas os dois mais votados. Nessa nova eleição indireta a maioria dos Congressistas respeitaram o voto popular e deram a vitória a Allende com 78,46% (GUTIÉRREZ,2009).

Si del escrutinio no resultare esa mayoría, el Congreso Pleno elegirá entre los ciudadanos que hubieren obtenido las dos mas altas mayorías relativas; pero si dos o mas ciudadanos hubieren obtenido en empate la mas alta mayoría relativa, la elección se hará sólo entre ellos (CHILE, 1925, Artº 64).

No entanto mais do que essa disputa pelo cargo de Presidente, esta eleição também era uma disputa por qual ideologia o país devia seguir. Allende foi candidato pela Unidade Popular (UP), a qual era uma coalizão de partidos de esquerda como o Partido Comunista (PC), Partido Socialista (OS), Radicais (R) e o Partido Social-

Democrata (PSD), os quais eram adeptos ao regime socialista, enquanto que Rodríguez era o indicado pelo Partido Nacional (PN), o qual representava uma aliança entre o Partido Liberal, o grupo político que comandou o país por grande parte do Século XX, e o Conservador Unido, os quais eram adeptos do conservadorismo e do liberalismo econômico. Outro ponto importante é que nesse período que teve um maior acirramento da Guerra Fria, com Estados Unidos e a União Soviética querendo ter mais países aliados em regiões chaves, como a América do Sul (HUERTA, 2013)

A vitória de Allende não ajudou a acalmar os ânimos. Mesmo tendo vencido a eleição, ele teve pouco mais um terço do total de votos, sendo que a maior parte destes votos vieram de operários e camponeses, tendo pouco apoio da classe média. Esses grupos o apoiaram porque a parte principal do plano de governo dele previa “a nacionalização dos recursos básicos na economia, a reforma agrária e a transferência do poder aos trabalhadores chilenos, por meio da institucionalização de um socialismo democrático no país” (DE SOUZA, 2017). Allende possuía uma visão diferente de seus aliados que faziam parte de sua coalizão, a de que era possível chegar ao socialismo por meio da via democrática e constitucional, não precisando criar guerras internas com o uso da violência para chegar a este fim.

Nesta época a economia chilena já tinha as suas características. Ela era predominantemente monopólica e grande parte dependente do exterior, visto que “45% do capital do país estava nas mãos de investidores estrangeiros, as minas de cobre eram praticamente de domínio americano e 80% das terras eram propriedade de latifundiários”. Mesmo com tudo isto, o PIB do país havia crescido com boas taxas nos anos anteriores, porém também havia crescido a dívida externa do país, além de contar com altas taxas de inflação (GEHRKE, 2020). O Governo da Unidade Popular inicia o seu mandato tentando mudar estas características rapidamente para que assim pudesse receber maior apoio popular, visto que já haveria eleições municipais no ano de 1971, o que seria um teste de aprovação para o Governo.

As principais medidas tomadas por Allende na questão macroeconômica no seu começo foram: expandir gastos públicos por meio do aumento dos serviços destinado à população, além da contratação de mais mão de obra; reajuste do salário mínimo, fazendo com que aumentasse a demanda e o consumo; reativar setores que não necessitavam de mão de obra qualificada para que tivesse emprego

para os mais pobres. Todas essas medidas foram essenciais para que já nos primeiros meses de seu Governo houvesse uma melhor distribuição de renda no país e um aumento no bem-estar do povo chileno. No entanto estas medidas não poderiam continuar por muito tempo, visto que o elevado gasto orçamentário estava fazendo o país ficar com um alto déficit (ARAUJO, 2019).

Já com maior apoio popular, Allende começou a realizar reformas estruturais em diversos setores de sua economia que havia prometido em sua campanha. Começou com uma das mais cobiçadas que era a mudança na produção de reservas minerais no país. A principal matéria-prima mineral do Chile era o Cobre, no qual apenas a produção chilena representava quase 12,5% de toda a produção do mundo neste setor, sendo que esse valor era o equivalente a quase 75% de toda a exportação do país naquela época. No entanto a maior parte de sua fabricação ficava com empresas externas, o que causava descontentamento em grande parte da população. A ideia da nacionalização do cobre já estava sendo debatida por vários anos pela opinião pública, tendo tanto o governo quanto parte da oposição aprovando esta mudança. Assim, após novas discussões é chegado a um acordo entre as partes, sendo feito uma reforma constitucional para a aprovação da nacionalização do cobre, no qual todas as empresas afetadas seriam indenizadas pelo governo. No entanto isto criou transtornos com os Estados Unidos, visto que a maior parte das empresas expulsas eram de lá e que as indenizações foram abaixo do desejado. Além disso nesta época o mundo vivia o auge da Guerra Fria, no qual a nacionalização de parte da economia era vista como uma ideia comunista, fazendo com que os norte-americanos comesçassem a prestar mais atenção sobre o que estava acontecendo no território chileno (ARAUJO, 2019).

Outra mudança estrutural realizada foi a Reforma Agrária. O Governo Allende aproveitou de leis criadas em mandatos anteriores como a Lei N.16.640, a qual afirmava que era autorizada a desapropriação de terrenos que não usavam grandes partes de sua capacidade. Outra lei anterior que ele utilizou foi a que fortalecia a criação de sindicatos por agricultores. É importante notar que mesmo que estas leis já estavam na Constituição, não havia a fiscalização delas, só começando após o ano de 1970 (HUERTA, 2013). Segundo o historiador Peter Winn em seu livro “A Revolução Chilena”, com apenas um ano e meio de governo e com a utilização destas leis mais de 70% dos terrenos planejados já tinham sido

expropriados, considerando esta como “a mais rápida reforma agrária da história sem uma revolução violenta”. Como não possuía a maioria do Congresso para a criação de mais leis sobre o tema e que isto não era mais do interesse da oposição com medo de uma retaliação externa, a parte que restou ao governo foi a de ceder os terrenos expropriados para os pequenos agricultores, além de estatizar parte delas.

A última parte das reformas estruturais também foi a que mais trouxe desgaste para o governo de Allende, visto que a estatização de parte da indústria do país era um tema impopular para a maior parte dos chilenos. Mesmo que o objetivo do governo fosse o de estatizar apenas as empresas que detinham o monopólio em setores chaves para que assim pudesse organizar melhor a economia, proprietários de pequenas e médias empresas estavam com medo de que fossem os próximos a serem obrigados a terem que vender suas empresas, aumentando ainda mais a resistência do grupo. Para conseguir controlar a situação o governo fez as negociações de duas maneiras distintas: ou pela de compra por ações por valores acima do mercado ou por requisição, no qual “consistia na tomada de controle pelo Estado, quando uma atividade importante estava sendo afetada (...) e que prejudicasse o interesse coletivo. Esta tomada era temporária e não afetava a propriedade, que continuava em mãos privadas.” (BITAR, 1980, p.133). Foi com esta última forma que o Governo Allende mais agiu no período, porém ela tinha como desvantagem de que não havia a estatização completa, criando benefícios por pouco tempo e por meio de um alto gasto.

Todas estas medidas econômicas trouxeram sucesso para a Unidade Popular, fazendo com que saíssem como o grande vencedor das eleições municipais de 1971. A economia do país tinha melhorado drasticamente em menos de um ano, com o crescimento do PIB de quase 8%, desemprego caindo de 8,3% em 1970 para 3,8% no ano seguinte, além de ter o setor da indústria crescendo acima dos 10% no mesmo período, segundo alguns relatórios do Fundo Monetário Internacional (MELLER, 1996). Neste momento a popularidade de Allende chegou em seu ponto máximo, fazendo com que grande parte de seus apoiadores e até mesmo da população estarem acreditando que era possível essa via chilena ao socialismo, a qual era baseada no fortalecimento dos serviços e índices sociais e da regulação estatal em detrimento do fim das injustiças causadas pelo capitalismo.

Contudo, logo se tornou inviável economicamente continuar com diversas das medidas tomadas, visto que os gastos do governo haviam aumentado rapidamente. Grande parte das reservas cambiais já tinham sido gastas para que houvesse a efetivação das reformas, fazendo com que seu valor fosse praticamente zerado durante este primeiro ano de governo. Além disso, havia crescido a indisposição com os Estados Unidos, visto que o Governo Nixon ainda não estava satisfeito com as baixas indenizações recebidas pelas empresas produtoras de cobre e pela aproximação das ideias socialistas (ARAUJO, 2019).

Durante o auge da Guerra Fria cada país aliado contava, pois assim seria menos o alcance da ideologia oposta. Poucos anos antes os Estados Unidos tinham sofrido uma grande derrota com a revolução ocorrida na vizinha Cuba, a qual fez o país virar um grande aliado da União Soviética. Depois dessa perda em seu próprio continente, os EUA começaram a investir e ter em seu controle a maior parte dos países americanos. No Chile não foi diferente, tendo até uma maior aproximação durante o governo antecedente de Allende, o qual recebeu mais de 1 bilhão de dólares em auxílios e empréstimos (AKASHI, 2004). Após a mudança de governo e principalmente após as medidas de nacionalização do cobre que afetaram gravemente as empresas norte-americanas, o governo norte-americano começou a ter uma maior intervenção no país. Relatórios que foram divulgados somente neste século pela própria CIA mostram que o governo norte-americano apoiou de diversas formas a realização do golpe de estado, gastando milhões de dólares para influenciar resultados de eleições e para o treinamento de forças policiais no país (MCELEVEEN; SIEKMEIER; HOWARD, 2014).

Outra forma de investida dos Estados Unidos para abalar a popularidade de Allende foi por meio de propagandas em jornais e rádios, o qual tinha um preço baixo e conseguia em partes cumprir o seu objetivo. Houve também o fornecimento de milhões de dólares para os partidos de oposição do Governo com a finalidade de vencer as eleições legislativas, fazendo com que Allende não conseguisse manter a sua governabilidade por mais tempo. Parte do objetivo foi alcançado pois a oposição conseguiu a maioria no Legislativo, porém não obteve do número necessário para a realização do processo de impeachment. Antes do golpe o governo estadunidense mandou uma pequena parte de suas tropas para a região marítima do país, com o pretexto de realizar exercícios militares. No entanto hoje já se sabe que eles agiriam

no país caso os golpistas precisassem de mais apoio, vide o que ocorreu no Brasil em 1964 (MCELEVEEN; SIEKMEIER; HOWARD, 2014).

Foi durante a madrugada do dia 11 de setembro de 1973 que se consumou o golpe militar no Chile. Foi neste dia que as Forças Armadas, lideradas por Pinochet, juntamente com os Carabineiros, os quais eram as forças militares que vigilavam as cidades, tomaram o poder à força, atacando o Palácio de La Moneda, sede do governo chileno. Segundo os historiadores Ascanio Cavallo e Margarita Serrano no livro “Golpe 11 de septiembre de 1973 – Las 24 horas más dramáticas del siglo 20”, Allende já esperava a insurreição por uma pequena parte das Forças Armadas, indo se proteger no Palácio ainda no meio da madrugada para encontrar o seu ministro e chefe do Exército, Augusto Pinochet, em quem ainda possuía certa confiança, já que havia pouco tempo que estava nesse cargo. Não o encontrando lá e não conseguindo ter nenhum contato, acreditou que tinha sido preso por forças rebeldes que haviam dentro do Exército. No entanto ele encontrou no Palácio o chefe dos Carabineiros, José Sepúlveda, o qual garantiu que a sua força seria leal ao governo e que garantiria a ordem institucional no país. Contudo foi notado nas horas seguintes que as forças rebeldes não eram pequenas e que elas já estavam mais perto do que se imaginava, tendo o bombardeio a sede do governo ocorrido por volta do meio-dia (CAVALLO e SERRANO, 2013).

Matar Allende não era um consenso por parte dos rebeldes. O ex-presidente do Chile e então Presidente do Senado, Eduardo Frei, o qual já sabia do Golpe Militar, implorou para que os Generais da Junta Militar não o matassem, visto que isso iria manchar a reputação do país e que isto poderia causar uma guerra civil na próxima eleição. No entanto é fato que Allende não saiu vivo do Palácio, tendo a dúvida perdurado até hoje se ele se suicidou, como forma de não ser humilhado e torturado, ou se foi morto pelos rebeldes. Pela versão divulgada pelos rebeldes na época, após a leitura de seu último discurso na rádio na manhã do dia 11, no qual afirmava que não ia renunciar e que lutaria até sua morte, Allende se matou com a arma que havia ganhado de Fidel Castro há alguns anos, sendo esta a versão aceita pela sua família, já que ele sempre afirmava que iria morrer com dignidade. No entanto já foram encontrados relatórios militares secretos que dão sinais de quem ele foi assassinado por mando da Junta Militar (CAVALLO e SERRANO, 2013).

Segundo o historiador Peter Winn em seu livro “A Revolução Chilena”, havia a sensação por grande parte dos apoiadores do golpe de que esperavam “por uma ‘dictablanda’ e não uma ditadura” já que esse foi o padrão nas outras vezes que os militares tomaram o poder no Chile. Era esperado que eles acalmassem o conflito social e ideológico que o país passava, além de restaurar a estabilidade econômica, para que assim depois pudessem passar o governo para os vencedores da próxima eleição. No entanto, na mesma noite do dia do Golpe essa esperança já foi se esvaziando para grande parte dos apoiadores, visto que o discurso da Junta perante à nação foi afirmado que eles tinham como tarefa o de “extirpar o câncer comunista e reverter os cinquenta anos anteriores da história chilena” (WINN, 2012, p.122), mesmo que Allende só tivesse ficado nos últimos 3 anos.

Após o golpe, a Junta Militar, órgão que era comandado pelos Comandantes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e dos Carabineiros, decidiu pela escolha de Pinochet, que havia sido recentemente empossado como Chefe do Exército e foi o último dos líderes a aceitar o golpe, seria o novo comandante do país. Além disso vinha do Exército a maior parte dos militares da ativa, sendo eles necessários para conseguirem manter o poder. A repercussão dos fatos ocorridos no Chile foi vista como uma grande derrota do lado socialista, já que a ideia de “via pacífica ao socialismo” havia sido duramente interrompida. Fidel Castro, que era amigo pessoal de Allende, já acusava os Estados Unidos como principal mandante, acreditando que os poucos países adeptos das teorias socialistas na América do Sul que sobraram (Peru e Argentina) seriam os próximos a terem seus governos atacados. Como primeiro passo da nova política externa chilena, Pinochet ordenou pelo rompimento das relações com Cuba e a Coreia do Norte (ÁVILA, 2014). Desde o início do Golpe foi instaurado o estado de sítio no país, obrigando a maior parte da população a ficar em casa, prendendo todos que fossem a rua se manifestar contra o novo governo. Grande parte da mídia já começava a sofrer censura, sendo obrigados a não divulgar as informações dos eventos ocorridos no Palácio de La Moneda. No dia 21 de setembro de 1973 ocorre outro fato marcante para a consolidação do poder em Pinochet. É instalado o Decreto de Lei Nº 27, no qual foi dissolvido o Congresso Nacional, tendo todos os seus parlamentares com as funções suspensas (BARROS, 2002).

Ainda no primeiro mês de seu governo, Pinochet ordena a criação de uma missão do Exército conhecida como “Caravana da Morte”, na qual o General Sergio Stark foi encarregado de executar dezenas de prisioneiros chilenos, cuja penas tinham sido de se contrapor ao golpe. A jornalista Patrícia Verdugo mostra em seu livro “Las Caravana de la Muerte: Pruebas a la Vista” os detalhes do que ocorreu neste plano, mostrando os principais métodos usados pelo General Stark. Dentre um deles e o qual ela considera como o elemento mais aterrorizador usado na ditadura chilena, sendo que depois virou costume em países da América do Sul, era o de deter e desaparecer com um prisioneiro. Assim os próprios parentes das vítimas não sabem o que ocorreu com a vítima, vivendo no clima de paralização e de terror por anos, com a esperança de que ainda esteja vivo já que todos os vestígios do crime eram eliminados. A operação acontecia com tanto êxito que o Governo de Pinochet chegou a afirmar na ONU que estes crimes nunca ocorreram, sendo eles “inventados por uma campanha do Marxismo Internacional” (VERDUGO, 2005). A operação teve duração de apenas 3 semanas, porém até hoje não se tem um número certo de pessoas executadas, acreditando que ao menos uma centena de pessoas foram executadas pela operação. Na entrevista dada ao programa Roda Viva, Patrícia afirma que as vítimas eram massacradas, tendo algumas delas recebendo dezenas de tiros enquanto que outras tinham partes do corpo, como olhos e dedos, retiradas, mostrando que o sofrimento era a principal finalidade. Além disso a jornalista crê que outra finalidade deste projeto, era o de amedrontar a população que não o apoiava, visto que este foi um dos atos iniciais de seu governo.

Os quase 4 meses iniciais da Ditadura Pinochet são essenciais para entender grande parte de seu governo. Foram durante eles que o clima de terror e medo ficou instaurado nas pessoas. Desde o início houve o cerceamento dos direitos das pessoas. Na mesma entrevista de Patrícia Verdugo ao Roda Viva ela expressa o clima do povo chileno: se antes as pessoas iam as ruas protestar contra causas sociais como a falta de emprego ou o aumento de impostos, durante a ditadura elas precisavam agradecer que estavam vivas. Até o fim de 1973 Pinochet já controlava a maior parte dos poderes executivos, judiciário e legislativo, sendo que quase a totalidade da oposição atuava de maneira clandestina ou já tinham se asilado em outros países, além de que muito também já estavam mortos (SANTOS, 2014).



Assim, a oposição mais forte contra a centralização de poder nas mãos de Pinochet veio da própria Junta Militar. No dia do Golpe foi acordado entre os quatro generais que Pinochet assumiria, visto que era ele o líder da maior parte das Forças Armadas, porém que depois haveria um revezamento no poder. Além disso cada um dos líderes assumiria ministérios-chaves, detendo de um maior poder político do que tinham antes. Com o passar dos tempos cresceu a rivalidade entre os Generais, percebendo que Pinochet não queria passar o seu cargo. Usando de sua estratégia política, foi autorizado que ele continuasse com todo o poder executivo enquanto que os outros três líderes se tornariam encarregados de comandar o poder legislativo. Com todo esse poder na mão, Pinochet decide afastar o general Gustavo Leigh, até então o Comandante-chefe da Força Aérea Chilena e um dos principais comandantes do golpe, após uma crítica feita para a imprensa. Leigh era possivelmente o próximo militar que assumiria o cargo de Presidente, fazendo com que a sua saída adiasse todos os planos sobre uma possível sucessão (FICO, 2008).

Na área econômica foram grandes as mudanças estruturais realizadas durante o governo, principalmente em seu início. Como visto antes, o ano de 1973 foi marcado por um forte colapso econômico provocado pelos altos gastos do Governo e pela atuação indireta dos Estados Unidos a seus principais aliados, fazendo com que vários países boicotassem as relações econômicas com o Chile. A inflação no país chegou aos 3 dígitos, sendo que nos meses finais deste ano ela passou dos 500% segundo dados do próprio Governo (DELANO e TRASLAVIÑA, 1989). Para conseguir melhorar os dados econômicos do país, o Governo adotou medidas econômicas neoliberais de ex-alunos da Escola de Chicago, os quais ficaram conhecidos como “Chicago boys”.

A Escola de Chicago é considerada até hoje como o centro do pensamento liberal econômico no mundo. Foi de lá que vencedores dos Prêmios Nobel da Economia como Milton Friedman e George Stigler deram aulas, espalhando a ideia do neoliberalismo e do monetarismo para milhares de estudantes. Dentre alguns deles estavam economistas que durante o período militar chileno se tornaram Ministros da Economia, Presidentes do Banco Central, Ministros da Fazenda, Ministros dos Minérios, entre outros tantos cargos de grande importância do governo chileno. Foi a partir do ano de 1975 que eles começaram a ter maior influência na

sociedade, após a feitura do livro “El Ladrillo”. Foi nele que continha ideia neoliberalis que diziam ser capazes de reverter os péssimos índices econômicos, mesmo que para isso fosse preciso de medidas duras a curto prazo. A obra criticava o “excesso de controle estatal, a falta de empregos reais, o atraso agrícola e a extrema pobreza em importantes setores da população”. Os autores também detalharam cada problema em cada setor, propondo uma solução liberal para conseguir resolve-lo. Pinochet não aceitou muito bem as ideias no seu começo, mas com o passar do tempo e com os índices econômicos não tendo uma significativa melhora, ele resolve chamar alguns dos escritores da obra para trabalhar em seu governo (DELANO e TRASLAVIÑA, 1989).

Foi no fim de 1975 que o plano econômico neoliberal foi realmente instalado no país. Foi necessária uma conversa entre Friedman e Pinochet para que ele aceitasse seguir todas as ideias. Segundo Delano e Translaviña na obra “Las Herencia de los Chicagos boys”, Friedman afirmou a ele que só haveria dois modos para resolver toda essa crise: ou de forma lenta e gradual ou por meio de um tratamento de choque, o qual teria efeito mais rápido, porém a um alto custo. Esse choque consistia na: diminuição do tamanho do Estado em vários setores, seja por meio da redução dos gastos e ou por diminuir o número de funcionários públicos; a desregulamentação da economia, abrindo o mercado para empresas externas e desfazendo medidas nacionalistas do governo Allende; e o equilíbrio fiscal, por meio da privatização de empresas e o aumento de impostos. Outras medidas que precisaram ser tomadas para essa adequação foi a realização de reformas trabalhistas e tributárias, cerceando ainda mais os quase inexistentes direitos dos cidadãos chilenos. Pinochet aceitou seguir fielmente a carta neoliberal para que pudesse agir logo. Neste trecho do texto os autores dão alguns dados desses mecanismos:

La reducción del déficit del sector público fue dramática. Los gastos totales del fisco y de las empresas estatales cayeron hasta el 27 por ciento en 1975 e la inversión pública disminuyó a la mitad. Los despidos de personal fueron masivos. Entre 1973 y 1978, uno de cada cuatro trabajadores del sector público se quedó sin empleo. Para financiar em parte el gasto, los Chicago boys aumentaron em diez por ciento em impuesto a la renta. (DELANO e TRASLAVIÑA, 1989, p. 43)

A rapidez da execução do plano foi alta, batendo diversas metas anos antes do que estava previsto. Algumas delas eram a meta de abertura ao comércio exterior e a de diminuição da proteção ao produto nacional, as quais foram conseguidas em apenas 2 anos. Esta última, de uma taxa de 94% no ano que iniciou o plano neoliberal chegou na média de 20% em 1977. Todas estas medidas fizeram com que no mesmo ano fossem sentidas as consequências do plano. Segundo dados do Banco Central, o PIB do país caiu quase 13%, com a inflação chegando aos 340% em todo o ano e com o desemprego batendo os 15% em todo o país. Mesmo com estes índices negativos, sendo eles ainda piores do que os que Allende possuía quando sofreu o Golpe, não houve mobilização popular contra as medidas do governo, visto que ainda havia uma alta repressão em qualquer manifestação, além de que os sindicatos tinham perdido toda a sua influência. Assim o plano premeditado por Friedman se tornou real. O choque na economia trouxe um grande baque para a sociedade chilena em seu começo, porém já nos anos seguintes começou a dar resultado, fazendo com que o país tivesse um alto *boom* econômico durante o final da década, só começando a diminuir em 1982 (DELANO e TRASLAVIÑA, 1989).

Foi em 1982, após um pequeno crescimento econômico, que a crise volta a se agravar no Chile, além de ser sentida por diversos outros países da América Latina, sendo ela ocasionada principalmente pela elevação da taxa de juros dos Estados Unidos. Estes fatores externos fizeram com que o PIB diminuísse 13% apenas neste ano, além de que houvesse uma alta na taxa de desemprego, dobrando de 10% para 20% em menos de um ano. A inflação também aumentou drasticamente, passando de quase 9% em 1981 para 20,7% no ano seguinte (SOARES, 2009). Junto com esses problemas, foi nessa época que várias das medidas liberais adotadas pelo Governo tinham sido esvaziadas, visto que para Pinochet o objetivo já tinha sido alcançado e, portanto, não era mais necessário a realização de novas ações drásticas.

Os dados péssimos da economia continuaram no início de 1983, fazendo com que Pinochet alterasse mudanças que haviam sido feitas nos anos anteriores. Primeiramente houve a criação de subsídios para diminuir o desemprego. Aliado a isso foi pedido um empréstimo de 900 milhões de dólares para o FMI, que forneceu

às custas de cumprir diversas metas econômicas como “a redução do déficit fiscal, a de baixa inflação, redução de salários dos trabalhadores do setor público e a diminuição do crédito interno” (DELANO e TRASLAVIÑA, 1989, p.109). Outras medidas tomadas pelo governo chileno foram a privatização de diversos bancos regionais e o incentivo à exportação, encorajado pela desvalorização do câmbio. Somente em 1985 que a economia se reestabeleceu aos padrões anteriores da crise, tendo a inflação e o desemprego voltados para a casa de um dígito, porém com o custo de um enorme crescimento da desigualdade no país, fazendo com que em 1987 o país chegasse a escala de 0,60 no índice de Gini, sendo este o maior valor durante toda a Ditadura (BANCO MUNDIAL, 2021)

No entanto hoje já se sabe que esse alto crescimento tem uma alta parte falaciosa. O historiador Filipe Figueiredo em seu artigo “Brasileiros e o mito do Pinochet” mostra que a média do crescimento do PIB do país ao ano durante toda ditadura foi de 1,74%, utilizando os valores constantes de dólares de 2011 como medida de referência. Isto foi um pouco maior que a taxa mundial no mesmo período, de 1,40%. Contudo, este valor foi muito ainda menor do que os 15 anos anteriores a ditadura, nos quais o Chile estava crescendo a uma média de 2% ao ano. E se comparar com os 15 anos iniciais da redemocratização a diferença fica ainda maior, com um crescimento médio de 4,30%. O autor também mostra que esse alto crescimento econômico não pode ter levado apenas os créditos da Ditadura, visto que muitos dos fatores que levaram a isso aconteceram antes deste período, como é o caso da nacionalização do cobre, a qual ainda hoje representa uma parte considerável de seu PIB. Ainda dentro disso é possível observar que o crescimento do país poderia ser ainda melhor se não fosse instaurada uma lei durante a época Pinochet chamada de “Ley del Cobre”, na qual obrigatoriamente 10% do lucro das vendas de cobre da empresa estatal chilena teriam que ser usadas pelas Forças Armadas. Outro dado interessante trazido pelo autor é de que houve a diminuição do PIB per capita por vários anos durante todo este período, chegando a ter um encolhimento de 15% apenas em 1982, além de que no fim de seu governo quase metade da população vivia na pobreza.

## 2.2 Constituição Autoritária

Foi durante o primeiro auge da economia chilena que foi tomada a decisão que teve o maior alcance de todas e que mudou a vida dos cidadãos chilenos, sendo ainda criticada nos dias atuais. A Constituição Política da República do Chile, escrita inteiramente pela custódia de Pinochet, é até hoje o texto constitucional vigente no país, tendo sofrido apenas 52 alterações até 2020, segundo um informe divulgado pelo Tribunal Constitucional do Chile para jornais de todo o país sendo em grande parte mudanças pequenas, tendo as maiores vistas com mais detalhes no próximo capítulo (ESGUERRA, 2020). No quesito político, a mudança da Constituição trouxe ainda mais poder para o Executivo em detrimento da diminuição dos outros poderes, além do fortalecimento das Forças Armadas, ocasionado principalmente pela mudança da Lei do Cobre, vista anteriormente. No setor econômico é notável a ascensão da corrente neoliberal, tendo agora seus pressupostos definida na lei. Outro grande fator que alterou tanto a parte econômica como a social foi a mudança das aposentadorias, diminuindo drasticamente o dinheiro investido pelo Estado nesse setor.

No artigo “Personalización y controles institucionales: Pinochet, la Junta Militar y la Constitución de 1980” de Robert Barros, o autor mostra que a feitura deste texto constitucional serviu principalmente para poder caracterizar a Ditadura na imagem de Pinochet, sendo que ela mesmo declarava o prolongamento do governo da Junta Militar por pelo menos mais 8 anos. No entanto a sua aprovação não foi tão fácil como se imaginava, tendo diversos generais do alto escalão se mostradando contrários a criação desse texto pois não desejavam a autocracia como meio de governo por mais muito tempo, já que ele estava se tornando insustentável. Além disso, já havia começado uma pressão internacional para o reestabelecimento da democracia, tendo alguns países sul-americanos abrandando o autoritarismo e preparando o retorno das eleições. Estes generais só apoiaram a sua realização quando foi estabelecida nela que “haveria uma democracia fortemente constitucional no texto permanente além da inclusão de um plano transitório (para eleições diretas) acompanhado de um cronograma” (BARROS, 2015, p. 26). Assim foi definido que depois de oito anos haveria a realização de um plebiscito para decidir se haveria a continuidade do regime ou não.

Uma outra característica desta Constituição foi o fortalecimento do Poder Executivo perante os outros durante todo o período transitório, o qual ia de 1981 a pelo menos 1989. Nela havia várias disposições que aumentavam o seu poder durante este tempo, como é o caso da décima oitava, a qual fazia com que o Presidente tenha também a função de controlar a agenda do legislativo, fazendo com projetos que tivessem o seu maior apoio fossem votados primeiro. Esta disposição também afirmava que as leis podiam ser interpretadas da maneira que o Presidente achasse necessária (CHILE, 1980). No entanto, ainda foram criadas duas grandes limitações ao poder executivo: a autonomia do Banco Central e o fortalecimento do Tribunal Constitucional. Esse primeiro virou o responsável por controlar a política monetária e cambial do país, além de ter a criação de um mandato que durasse a metade de dois governos diferentes, fazendo com que a economia tivesse uma maior estabilidade. Já o Tribunal Constitucional, o qual era um órgão com membros escolhidos por todos os poderes, recebeu o poder de julgar a constitucionalidade das leis criadas. Além disso ele pode também suspender uma lei, até que ela seja julgada por seus pares, caso isto receba o aval de um quarto de todo o Congresso, fortalecendo o papel da minoria. Porém é notável que parte dessa diminuição do papel do Executivo só ocorreu após os anos noventa, já que até aquele momento a maior parte dos indicados para os dois órgãos foram feitos por Pinochet (HUNNEUS e SAGARIS, 2007)

Diversos setores que sofreram privatizações durante toda a primeira metade da Ditadura foram regulamentados pela Constituição. Setores como educação, saúde e previdência tiveram o papel do Estado diminuídos drasticamente. Durante a maior parte do Século XX a educação era notavelmente comandada pelo Estado. Segundo dados do Ministério da Educação do Chile, em 1980 quase 80% de todo o ensino básico era realizado pelas escolas públicas. Já quase 10 anos depois, no fim do regime ditatorial, este número caiu para 64%, chegando a menos de 58% nos anos 2000. Em decorrência dessa diminuição, houve o crescimento da educação particular subvencionada, na qual o Governo paga ao instituto particular para receber estudantes. Outra mudança realizada foi a diminuição por parte do Estado na administração das escolas, tendo o Governo passado grande parte de suas responsabilidades para o município. Isto agravou a qualidade do ensino em vários locais já que muitas escolas eram no setor rural, sendo normalmente afastadas de

grandes centros e com pouco número de alunos, fazendo com que não houvesse o recebimento de recursos suficientes para manter a qualidade que possuía antes (PIRES, 2015)

No entanto a maior parte da privatização na educação se concentrou no sistema superior. Até 1980 o Chile tinha apenas 8 Universidades, sendo 2 estatais e 6 particulares, porém todas elas tendo utilizando da educação pública, já que todas recebiam o aporte do Governo para o seu funcionamento. Foi no fim deste mesmo ano que o sistema foi reformado, com a criação de dezenas de Universidades, sendo que na realidade era que os vários campi das faculdades haviam se tornado novos institutos superiores. Além disso, houve a criação de diversos Institutos Profissionais e de Centro de Formação Técnica, que nada mais eram que novas instituições de educação superior, mas que eram baseadas nas necessidades que o mercado tinha. Nesta reforma também houve o desmantelamento do salário de professores e de servidores administrativos que eram funcionários públicos, além da diminuição do financiamento para a estrutura por parte do Governo. Isto fez com que as Instituições começassem a cobrar mensalidades e ir atrás de apoio de grupos privados para manter a sua existência, funcionando à mercê do mercado (PIRES, 2015).

Já o sistema de saúde do Chile tinha perdido grande parte de sua importância desde o início do Golpe. O país já possuía na sua antiga Constituição de 1925 o artigo nº 10, o qual afirmava que era obrigação do Estado assegurar a todos os cidadãos “o dever de velar pela saúde pública e o bem-estar higiênico do país, devendo destinar a cada ano uma quantidade de dinheiro suficiente para manter um sistema nacional de salubridade” (CHILE, 1925, p.4, tradução nossa). Demorou algumas décadas para a criação deste órgão, o qual ficou chamado de Serviço Nacional de Saúde (SNS). Ele conseguiu estruturar boa parte do sistema médico do país e teve um pequeno sucesso em melhorar os índices sociais, mas que ainda falhava pela falta de recurso suficiente (LABRA, 2001).

Com o advento de Pinochet e de suas medidas neoliberais, o SNS teve boa parte de seus recursos cancelados. Logo depois houve o seu fim, tendo ela se incorporado para a criação do Sistema Nacional de Serviços de Saúde (SNSS), um órgão mais descentralizado, baseado em regiões, e que tinha uma maior separação entre os seus poderes, tornando-a ainda mais burocrática. Aliado a isso houve a

criação da parte privada da saúde, as Instituições de Saúde Previdenciárias. Elas são, segundo Labra, “as intermediações financeiras de plano de saúde” (2001, p. 368), no qual a adesão de qualquer um o isentava de pagar impostos que iam direto para o SNSS, fazendo o sistema diminuir drasticamente a sua receita. Essa divisão fomentou ainda mais a desigualdade no país já que enquanto os ricos conseguiam pagar e assim ter uma saúde de boa qualidade, a maior parte da população teve que usar de uma precarizada SNSS. A autora do artigo ainda mostra por meio de dados como se deu essa diminuição do comando por parte do Governo. Entre 1974 e 1983 o valor do gasto público em saúde para investimentos, como compra de material e de equipamentos, caiu de 9,7% para 1,7% no fim deste período, visto que a maior parte do gasto era utilizado somente como folha de pagamento. Já ao inverso disso houve o aumento do gasto feito pela própria população para o financiamento do sistema público de saúde. Enquanto que em 1974 apenas 25% do valor era financiado pela população, por meio dos impostos e do pagamento de parte dos serviços médicos, no fim do Governo Pinochet este valor passou para mais de 60% do total, significando que o Estado chileno não financiava nem metade de todo o seu sistema “público” de saúde (LABRA, 2001).

Contudo nenhuma destas questões se tornou tão polêmica como foi a alteração do sistema de pensões no país. Houve diversas alterações neste ponto feitas por Pinochet, sendo a mais danificadora a de que o empregador não precisava pagar mais nenhuma contribuição para o sistema, tendo apenas o trabalhador que pagar o equivalente a 10% de seu salário. Nesta época também teve a criação das Administradoras de Fundo de Pensão, na qual eram as instituições privadas que passaram a gerir a contribuição de cada cidadão que o pagava. Com esta mudança, Pinochet fez com que o Estado chileno não tivesse nenhuma responsabilidade sobre o tema, com a exceção da previdência dos militares em que o Governo continuou gerindo e que possuía valores melhores do que antes. Outras mudanças criadas foram a fixação de uma idade mínima para poder se aposentar: 60 anos para as mulheres e 65 anos para os homens. No entanto é importante notar que na época que foi promulgada a Constituição a expectativa de vida de um chileno era de pouco mais de 66 anos, segundo dados do Banco Mundial (REVERBEL, 2017).

Como forma de deixar esta Constituição com uma visão mais democrática perante os outros países, Pinochet estabeleceu um plebiscito para que os cidadãos



chilenos aprovassem ou não a mudança da Carta Magna do país. Contudo ele utilizou de diversas formas de manipulação para que não tivesse uma surpresa no resultado. Primeiramente fez com que houvesse um curto prazo de debate para que a população se inteirasse no assunto, visto que a Junta Militar confirmou em 11 de agosto de 1980 por meio de um *Decreto Ley* a realização do plebiscito depois de 30 dias, se realizando no mesmo dia que houve o Golpe Militar. Outra estratégia utilizada foi a de proibir manifestações e comícios que eram contrários à alteração, liberando apenas um único evento, o qual ficou conhecido como “Caupolicanazo” já que aconteceu no Teatro Caupolicán. O comício reuniu milhares de chilenos e teve como principal organizador o ex-presidente Eduardo Frei, além de ser transmitido por dezenas de rádios para todo o país. Este também se tornou o primeiro evento público no país com grande destaque que se posicionava contra o regime autoritário no país, visto que todos os outros anteriores eram feitos de maneira clandestina (FUENTE, 2013)

Tabela 1 – Votos do Plebiscito de 1980 sobre a aprovação da Constituição de 1980

	<i>Total de votos</i>	<i>Em %</i>
<i>Sim</i>	4.204.879	67,04%
<i>Não</i>	1.893.420	30,19%
<i>Nulos</i>	173.569	2,77%
<i>Total</i>	6.271.868	100%

Fonte: Servel (1980)

No mesmo plebiscito havia ainda outras 2 perguntas que estavam incluídas na aprovação da Constituição: a da aprovação de um regime de transição por 8 anos e a confirmação de Pinochet como o Presidente do país durante todo esse período. Com todas estas questões em jogo, o plebiscito teve como resultado oficial uma expressiva vitória do sim à alteração do texto, como pode ser ver na tabela acima. Contudo, desde aquela época a oposição indicou outras diversas fraudes cometidas durante a votação que iam desde o inesperado aumento do número de

votos em diversas regiões do país até a falta de um órgão independente para fazer a verificação dos votos. Somente anos depois que agentes que trabalhavam para o governo divulgaram que fraudes foram cometidas. Uma delas foi divulgada pelo ex-agente da Direção de Inteligência Nacional (DINA), Jorgelino Vergara, o qual afirmou que pelo menos 3000 agentes votaram diversas vezes somente na capital. Até mesmo este tipo de fraude foi facilitada pelo Governo, já que não havia registros eleitorais nas urnas de votação, precisando apenas de um documento de identidade para poder votar (LA TERCERA, 2012).

### 2.3 Pilares da Justiça de Transição

A teoria da Justiça de Transição é considerada recente dentro dos campos do direito. Para o jurista Renan Quinalha, a teoria pode ser melhor explicada como “Justiça em períodos de transição de regimes” (2012, p. 93), a qual era o termo adotado anteriormente, sendo que ela só se pratica em momentos graves, no qual ocorrem fortes mudanças políticas.

Outra característica desta teoria é que ela necessita ser “‘democrática’, nos seus meios e objetivos, ou seja, deve prescrever como as democracias devem tratar os crimes cometidos durante os regimes ‘de exceção’, uma vez que esteja restabelecida a ‘normalidade’ democrática” (TOSI, 2014, p. 44). Isto já mostra um de seus preceitos básicos: apenas países que retornam à democracia podem ser objetos desta teoria. Portanto este é o principal motivo sobre o porquê desta teoria começar a se encaixar melhor a partir da segunda metade do século XX. É notável que anteriormente, com o fim de um regime em determinado país, as soluções prováveis eram duas: ou todos que participaram sofriam de uma longa violência, muitas vezes em praça pública para o alcance de toda a população, ou eram todos anistiados, com todos os crimes cometidos sendo esquecidos. O ponto de partida para a mudança desta ideia se dá, segundo Tosi, após o fim da Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, no qual os vencedores ao invés de apenas perseguir e matarem os restantes dos comandantes nazistas que praticaram os inúmeros crimes contra a humanidade, criaram o Tribunal de Nuremberg para poder trazer a verdade aos fatos ocorridos e assim poder dar uma pena justa para os verdadeiros culpados.

Segundo a professora de direito da Universidade de Nova York York, Ruti Teitel, é possível notar que houve uma evolução deste conceito durante as últimas décadas como é mostrado na obra “Transitional Justice Genealogy”. Para a autora há uma primeira fase que se inaugura após a Segunda Guerra com a criação do Tribunal de Nuremberg. Este período serviu para definir os principais conceitos e regras da teoria, porém o clima hostil da Guerra Fria dificultou em algumas partes a sua plena realização. Já a segunda fase é a que englobou um número maior de países, principalmente os países latinos, africanos e do Leste Europeu, tendo que em muitos deles houve a volta da democracia após longos anos de governos ditatoriais. Esta etapa se caracteriza pelo início do colapso da União Soviética, o qual trouxe uma onda de liberalização em vários países que viviam em regimes tirânicos. Além disso até mesmo países que não seguiam o regime socialista e que possuíam dificuldades para julgar os crimes cometidos se adaptaram ao novo sistema. Um exemplo que a autora dá é o caso Argentino após a derrota na Guerra das Malvinas. Com uma democracia recém empossada e com o conflito não tendo uma alta importância perante o Sistema Internacional, os julgamentos dos presidentes da Junta Militar que comandaram o ataque foram feitos apenas domesticamente, sendo que parte das instituições julgadoras eram ainda do regime anterior, fazendo que houvesse o afrouxamento das penas. Foi durante esta etapa que a questão da paz e da reconciliação foram vistos mais a fundo, percebendo que essas características eram necessárias para uma melhor resolução do problema (TEITEL, 2003).

Teitel também mostra em seu livro que os países se encaixam em suas próprias características no modo de fazer os julgamentos necessários. Há o exemplo que em países latinos se tornou comum a criação de Comissões da Verdade para poder entender melhor os crimes praticados nos períodos analisados. Já nos países do Leste europeu que saíram da ideologia comunista não há um alto interesse nesta parte já que “o uso da história por vários governos foi uma dimensão destrutiva da repressão comunista” (TEITEL, 2003, p.79), além de que os governos pós conflito tinham como principal tarefa garantir o acesso ao registro histórico.

Até pouco tempo atrás havia um debate na bibliografia de quantos e quais são os pilares desta teoria, porém atualmente o defendido por especialistas no tema como o professor Paul Van Zyl e o jurista brasileiro Renan Quinalha é de que são

cinco os passos para chegar em sua plenitude, tendo que eles ocorreram numa ordem e com o primeiro deles sendo a Justiça. É necessário que primeiramente ocorram julgamentos para que possa ser condenado uma pessoa ou uma organização. Na questão de crimes de guerra isto também é necessário, pois mesmo já tendo muitas de suas provas bem documentadas, os julgamentos servem para trazer fatos que antes estavam escondidos, além de conseguir evitar futuros crimes, consolar em parte as vítimas e também ajuda a alterar as normas e leis que não são mais necessárias no sistema atual. No entanto Van Zyl traz um ponto muito importante que é a da praticidade desse ato, acreditando que julgamentos só servem em crimes mais brandos e/ou que ocorrem em menor quantidade. Já no caso em que há dezenas de crimes, como é o caso de ditaduras e de ações terroristas, este sistema não é o suficiente, visto que será necessário de inúmeros esforços e gastos para conseguir realizar a Justiça. Como forma de comprovar esta teoria, o autor dá o exemplo do Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia, o qual gastou mais de 500 milhões de dólares durante os seus primeiros quinze anos, tendo apenas 20 condenações em definitivo durante todo este período. Assim seria impraticável países menores conseguirem realizar esses julgamentos visto os altos recursos necessários (ZYL, 2009)

O segundo elemento está bastante relacionado com o primeiro, porém não pode depender só deste para que seja alcançado. Ele trata da busca pela verdade, já que a descoberta de uma verdade oficial sobre o que realmente aconteceu nos eventos anteriores é extremamente eficaz, segundo Van Zyl, para “sensibilizar as futuras gerações contra o revisionismo” (ZYL, 2009, p.35), além de fazer com que as pessoas saibam que aqueles atos eram inaceitáveis e que não podem retornar a ocorrer. Um dos métodos bastante utilizado para alcançar esse objetivo é por meio das Comissões da Verdade, o qual foi usado tanto em países latinos como Chile, Argentina e Peru, países asiáticos como foi o caso do Sri Lanka e Coréia do Sul, além de países africanos como África do Sul, Nigéria e Uganda, sendo que foi este último o primeiro a ter criado essa comissão em nível nacional, ocorrendo em 1974. Segundo dados da Organização Rede Direitos Humanos e Cultura, quase 40 países já utilizaram desse instrumento para conseguir reestabelecer fatos do passado.

As primeiras comissões, segundo o jurista Eduardo González Cueva no seu artigo “Até onde vão as Comissões da Verdade?”, tinham como principal

funcionalidade de definir os fatos ocorridos, porém com uma agilidade maior do que seria em um Tribunal. Além disso tinham focos distintos, tendo cada país olhado só os grandes criminosos, deixando grande parte do histórico sem a definição do que ocorreu. Esta prática só começou a mudar após as Comissões realizadas na África do Sul e na Guatemala, locais onde ela recebeu uma função não penal, fazendo com que não pudesse ter consequências jurídicas. Isto ajudou a definir a Comissão como um local de busca de respostas e da verdade, cabendo o papel do julgamento posterior a sua descoberta.

O terceiro elemento é o da reparação por parte do Estado, no qual este deve usar de seu poder para que as vítimas recebam todo o reparo necessário. Atualmente órgãos como a Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA e a Comissão Africana dos Direitos Humanos, entre diversos outros espalhados por todos os continentes tem a questão da reparação dentro de seus deveres, podendo fazer com que os Estados que não repararam devidamente as vítimas de direitos humanos sejam obrigadas a corrigir este erro. Não existe um único modo de realizar esta ação, podendo ela ser feita por meio materiais (como compensações financeiras ou territoriais), psicológicas (ajudar as questões emocionais), a coletiva (criação de monumentos e da infraestrutura destruída) ou a moral (reconhecimento e a divulgação dos fatos ocorridos) (MCARTHUR, 2012).

O penúltimo passo é um dos mais difíceis de fazer, sendo ele as Reformas Institucionais. Para que a mudança do sistema realmente ocorra é necessário que os Governos dos países que praticaram crimes contra os direitos humanos façam diversas alterações dentro de si para que isso não ocorra novamente, sendo que estas transformações precisam ocorrer principalmente nos organismos que realizaram esses crimes. O problema é que na maior parte dos países houve a realização do crime por parte das Forças Armadas, órgão essencial para a sua defesa, além de que foram eles em muitos casos que realizaram a troca do regime, como ocorrido no Chile, Brasil e na Argentina. Muitos países utilizaram de mudanças nas Constituições para diminuir parte do poder que estes órgãos tinham, porém não se pode afirmar que conseguiram chegar na alteração total devida (ZYL, 2009). Segundo o International Center for Transitional Justice, além das mudanças nas instituições que participaram dos crimes, esse elemento defende também o afastamento dos oficiais que estavam envolvidos em atividades abusivas, a criação

de órgãos para fiscalizar as atitudes do governo, mudanças nas questões jurídicas que promovam o direito humano e o fortalecimento da educação destes direitos para os agentes públicos.

O último fator chave também é considerado o fim previsto para esta teoria, o qual é a reconciliação entre quem praticou os atos de violência com as suas vítimas. Este também é um elemento difícil de se realizar pois não depende somente dos atos do novo Governo, mas também de toda a população que sofreu do ato e de como está o seu ressentimento. Em países que as divisões ocorreram por questões de identidade, é difícil imaginar que logo após a mudança este paradigma tenha acabado completamente, com toda a população vivendo tranquilamente. O professor Van Zyl acredita que a única solução é por meio da criação de “um acordo constitucional que ofereça proteção e segurança adequadas aos grupos vulneráveis”, fazendo com que a democracia esteja à serviço de todos os cidadãos (ZYL, 2009). Portanto, é importante notar que todos esses pilares são essenciais para que se encontre o seu resultado final: a conciliação da população e a sua paz. Contudo, pelo longo processo e pelo seu alto custo, poucos países conseguiram executar esta ideia com resultados benéficos.

### 3 DE PINOCHET À NOVA CONSTITUINTE

Como visto anteriormente, Pinochet confirmou o período de transição por mais de um ano, época em que conseguiu negociar com a oposição diversas regalias. Dentre elas, a principal foi a continuidade como Chefe do Exército por mais 8 anos, sendo que depois viraria senador vitalício. Entre as vantagens que possuía nesse cargo está a alta influência que manteve no Governo e o foro privilegiado, fazendo com que não pudesse ser julgado pelos crimes cometidos anteriormente, a não ser pela Suprema Corte, a qual tinha indicado a maior parte dos seus membros (COLLINS, 2013). Contudo, sofreu de uma forte oposição desde o seu início, fazendo com que logo no começo da redemocratização já houvesse mudanças nas leis que tinha escrito na sua Constituição

#### 3.1 Mudanças Constitucionais na Redemocratização

Mesmo com a saída de Augusto Pinochet do cargo de Presidente do Chile, é impossível afirmar que isto foi o fim do Pinochetismo do país. O apoio da população diminuía com o passar do tempo, algo que pode se notar com a sua derrota no plebiscito de 1988, mas demorou ao menos até o começo do século XXI para que chegasse a patamares realmente baixos. Neste plebiscito, que já havia sido definido desde a aprovação da Constituição, foi perguntado para a população se o então presidente deveria ficar por mais um mandato de 8 anos no poder. Pela primeira vez em décadas houve uma forte campanha política, com a liberação do horário eleitoral na televisão e rádio, das manifestações públicas e da liberdade de imprensa (OLIVARES e OJEDA, 2018). Desde o início a maior parte das pesquisas dava a vitória do não para o prolongamento do mandato, porém com apenas uma pequena margem de vitória. Numa pesquisa feita pelo Centro de Estudios Público durante o período eleitoral, o maior motivo pela vitória do não vinha diretamente pela questão econômica do país, deixando a questão dos abusos aos direitos humanos e o do retorno à democracia como motivos considerados menores para os cidadãos. O país vivia uma má fase econômica como mostrado anteriormente, voltando ao período instável que havia no começo da década, piorando ainda mais com o passar do tempo (CEP, 1988).

Tabela 2 – Votos do plebiscito de 1988 sobre a continuidade do Governo Pinochet por mais oito anos

	<i>Total de Votos</i>	<i>Em %</i>
<i>Sim</i>	3.119.110	44,01%
<i>Não</i>	3.967.579	55,99%
<i>Nulo</i>	165.254	2,28%
<i>Total</i>	7.251.943	100%

Fonte: Servel (1988)

As horas que antecederam a oficialização do resultado do plebiscito foram difíceis para o Governo, tendo uma longa demora para proclamarem o resultado. A oposição já tinha divulgado a vitória do não, chamando a população às ruas para pressionar a divulgação do resultado oficial. A possibilidade de um golpe foi trazida pelos ministros de Pinochet, mas não tiveram uma grande aceitação. No entanto, como um erro de estratégia, membros do alto escalão que não estavam no Gabinete com o presidente já tinham ido a imprensa para dar os resultados da eleição, sepultando de vez a ideia golpista. Com o reconhecimento da derrota, Pinochet demitiu todos os membros de seu governo e começou a formar o processo de redemocratização, acreditando que este era o único jeito de conseguir manter parte de seu poder. Assim ele começou a barganhar com membros da oposição de uma forma que os dois lados saíssem ganhando (SANTOS, 2014).

Uma das primeiras mudanças deste período de transição começou pela retirada quase total dos militares no governo, tendo a maioria dos cargos de ministros ocupados por civis. No entanto Pinochet teve como objetivo em seu último ano o de não deixarem realizar nenhuma reforma constitucional, fazendo com que o seu legado fosse mantido durante os anos seguintes. A oposição era a favor de uma reforma, crendo que esse era o único jeito do reestabelecimento pleno da democracia. Partidos de ideologias opostas, como era o caso do *Concertación* e do *Renovación Nacional* se uniram para apresentar uma mesma proposta com as



alterações devidas. Para o historiador Eric Assis dos Santos, essa união dos partidos “solidificou um importante pacto de convivência política acima das diferenças ideológicas, (o qual foi) importante para a governabilidade dos futuros governo” (SANTOS, 2014, p.163).

Toda essa disputa voltou a piorar o clima político no país. O governo defendia que a população votou pela saída deles do poder, mas não pelo fim da Constituição, afirmando que ela já tinha sido aprovada no plebiscito anterior. Foi só em meados de 1989 que Pinochet aprovou que ela fosse aperfeiçoada. As principais mudanças em que ele era a favor foi pela diminuição de tempo do mandato presidencial, pelo fim do exílio e por uma maior dificuldade de dissolução da Câmara de Deputados. A oposição não se deu por satisfeita e requereu mais mudanças, tendo no fim de maio daquele mesmo ano chegado a um consenso com o governo e com a maior parte das forças políticas, deixando de fora apenas os dois polos extremistas. Novamente o Chile organizou um plebiscito para ver se a população aprovava essas mudanças, o qual foi aceito com mais de 85% dos votos. Contudo, um ponto que gera controvérsias até hoje é que para vários estudiosos a realização destas mudanças fez com que houvesse pela primeira vez a confirmação por parte da oposição sobre a legitimidade da Constituição, mesmo com todas as provas das fraudes que tiveram em seu plebiscito (SANTOS, 2014).

Desde da eleição de Patricio Aylwin, o primeiro civil a se tornar presidente após a redemocratização, assumindo o poder no ano de 1990, diversas mudanças de artigos da Constituições foram feitas. Em seu mandato por exemplo, Patricio conseguiu mudar as leis sobre atos terroristas, o estabelecimento de eleições para cargos regionais e a diminuição do mandato presidencial para 6 anos. Além disso outras mudanças menores foram feitas também. Porém foi só em 2005 que houve uma Reforma Constitucional de fato no Chile, com um maior número de alterações sendo feitas após um grande escândalo de desvio de dinheiro dentro de órgãos governamentais, ao qual será visto mais adiante (BOREL, 2017).

O presidente naquele período era Ricardo Lagos, sendo ele o terceiro após a redemocratização. Após acusações de desvio de verbas dentro do Ministério de Obras Públicas (MOP) no caso que ficou conhecido como “MOP Gate”, o governo aproveitou que a população pedia mudanças e começou pela mudança do sistema de financiamento eleitoral, deixando-o mais transparente e com regras mais rígidas.

Com uma rápida aprovação no Congresso e aceitação popular, o Governo decide fazer uma ampla reforma a qual ficou conhecido como as Reformas Constitucionais de 2005 (BOREL, 2017).

Segundo a análise de Mario Orellana no seu artigo “Reforma constitucional de 2015: Análisis institucional, juzgadores con veto y desafío para el futuro”, a Reforma é baseada em 15 pontos centrais, os quais iam desde pequenas mudanças burocráticas até as questões estruturais das Forças Armadas. Algumas das mudanças foram: a descentralização do poder para as províncias; maior transparência nos Órgãos do governo; regras para dificultar a perda de cidadania; fortalecimento de leis ambientais, diminuição do mandato presidencial para quatro anos, sem que seja possível ter uma reeleição seguida; regras mais rígidas para o estabelecimento do Estado de exceção, precisando da aprovação do Congresso e o fim de cargos políticos vitalícios. Contudo vários temas de questão social ficaram de fora do debate, fazendo com que a Reforma pouco mudasse o dia-a-dia do chileno.

Outras duas grandes mudanças ocorreram em estruturas fundamentais do governo: o Tribunal Constitucional e o Exército. Segundo a Carta Magna do país, este primeiro órgão tem diversas funcionalidades, sendo a principal a de decidir a constitucionalidade das leis aprovadas pelo Congresso. O Tribunal já existia no país desde o início do Século XX, porém foi fechado após o Golpe de 1973 e só reabriu após a Constituição de 1980, no qual teve como finalidade o de aumentar o poder do Executivo do país. Foi somente em 2005 que isso foi revisto, fazendo o órgão virar mais independente, tendo agora os seus membros não só escolhidos pelo Presidente, mas também pelos poderes Legislativos e Judiciário, além de ter uma delimitação do mandato de 10 anos. Com esta mudança, o país conseguiu diminuir a centralização do poder, além de garantir uma maior constitucionalidade em suas leis. (ORELLANA, 2012)

Já no Exército a reforma foi feita com poucas mudanças, porém, ao mesmo tempo significava um grande avanço para uma grande parte da população. A partir de 2005 os chefes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e dos Carabineiros seriam designados pelo líder do país para um mandato de 4 anos, sendo eles subordinados ao presidente e podendo ser retirados do cargo a qualquer momento com o aval do Congresso. Mesmo sendo uma pequena mudança, esta alteração que podia ocasionar a perda de cargo é essencial para que tenha uma possível ação do

governo em caso de uma nova ameaça golpista por parte das Forças Armadas. Outra redução de poder dos militares foi na reforma do Conselho de Segurança Nacional, o qual aumentou o número de civis, como os líderes de outros poderes, em detrimento do número de militares. Este órgão é o responsável por assessorar o Presidente em questões da segurança nacional e possui extrema importância no governo chileno (BOREL, 2017)

Depois de 2005 ainda houve várias alterações da Constituição do país, sendo as principais a lei 20337 de 2009, a qual definiu o fim do voto obrigatório no país e a lei 20414 de 2010, no que deixou mais transparente os dados de candidatos políticos. Estas pequenas alterações em questões mais burocráticas começaram a fazer com que mais pessoas fossem adeptas à uma alteração total na Constituição, sendo isso até prometido pela ex-presidente e então candidata à reeleição Michelle Bachelet. Em seus comícios ela afirmava que, caso ganhasse a eleição, faria um plebiscito perguntando se a população queria uma nova Constituinte, tendo nela os focos numa reforma tributária e numa reforma educacional (CEA, 2013). Após vencer as eleições e retornar ao cargo de presidente do Chile, Bachelet começou a criar centros de discussões para aglutinar ideias sobre quais eram as principais mudanças que precisavam ser feitas, reunindo assim mais de 200 mil pedidos de cidadãos chilenos. Contudo, após uma fase de má popularidade derivada de crises do governo, ela deixou para enviar a proposta de uma nova Constituinte somente na sua última semana de governo, deixando para uma nova Câmara e um novo presidente, discutir com maiores detalhes a sua ideia (COLOMBO, 2018).

Quem a sucedeu foi novamente Sebastián Piñera, que já tinha sido eleito presidente do país durante 2010 a 2014, período entre os dois mandatos de Bachelet. É importante notar que foram apenas estas duas pessoas que comandaram o Chile num espaço de 16 anos, sendo cada um de campo ideológico bastante oposto, mostrando que já houve um fortalecimento da democracia neste período. Durante os dois primeiros anos de seu novo mandato poucas mudanças constitucionais foram feitas, deixando o projeto de sua antecessora em segundo plano. No entanto tudo começou a mudar em meados de outubro de 2019, após o início de protestos estudantis que ocorreram na capital do país por causa do aumento da passagem do transporte público na cidade, tendo que em poucos dias haveria a sua eclosão por todo o país (BBC, 2019).

Os protestos de 2019 não foram a primeira grande mobilização popular após a redemocratização, tendo a popularmente Revolução dos Pinguins em 2006 como a principal até então. Uma semelhança entre as duas manifestações é que elas começaram a ser feitas por estudantes do secundário, contudo, tiveram drásticas diferenças em seus fins. A manifestação de 2006 tinha como objetivo mudar a estrutura de educação pública do país, fazendo com que ela recebesse mais recursos do Governo para poder melhorar a sua qualidade. Após conseguirem uma grande parcela disso, as manifestações foram diminuindo até se esvaziarem totalmente. O inverso disso ocorreu em 2019, no que, após dias de greves ocorrendo principalmente na capital do país, Piñera aceitou o pedido inicial de reverter o aumento da tarifa de transporte, tentando acalmar os manifestantes. Porém foi esta pequena demora para resolver a crise que fez com que ela escalasse ainda mais, espalhando os protestos para as maiores cidades do país e com inúmeros pedidos dos manifestantes (CHECHILNITZKY e SAID, 2019).

A popularidade dos protestos eram tão altas que no dia 25 de outubro ocorreu a maior marcha da história do país, reunindo mais de 1 milhão e 200 mil chilenos apenas em Santiago, segundo dados oficiais da prefeitura da cidade. Este número era quase o dobro do que havia ocorrido na Revolução dos Pinguins e aos contrários a permanência de Pinochet no plebiscito de 1988, sendo elas até então as duas maiores manifestações da história recente do país (CHECHILNITZKY e SAID, 2019). Com esta grande quantidade de manifestantes, eram diversos os pedidos que eles faziam. Segundo a equipe de reportagem da BBC que acompanhou a manifestação, a maior parte dos cartazes estavam ironizando falas de Piñera de dias anteriores, no qual tinha afirmado que o país estava em uma guerra. Como resposta á isso, a manifestação foi pacífica durante a sua maior parte. Ela também ocorreu de maneira bastante festiva, com diversas apresentações e com a população cantando músicas que foram criadas na era Pinochet, compostas de críticas as desigualdades sociais que pouco tinham mudado até então (BBC, 2019).

A equipe do jornal La Nación também mostrou o clima festivo que houve durante o dia, porém mostrou que havia inúmeros pedidos de renúncia de Piñera, colocando-o como o principal culpado pela crise social que o país vivia. Aliado a isso eram inúmeros os pedidos, mas que todos almejavam um mesmo fim:

As baixas pensões, o alto valor dos medicamentos, o custo dos cuidados de saúde, a precariedade do sistema público de saúde e o alto custo dos serviços administrados por empresas privatizadas faziam parte das principais reclamações a par das questões mais aprofundadas: a reforma da Constituição, a redução das desigualdades e o questionamento de um modelo neoliberal exacerbado e instalado durante a ditadura de Augusto Pinochet (GARCIA, 2019).

A popularidade de Piñera estava caindo drasticamente, fruto principalmente de suas falas de minimização do momento que o Chile estava passando. O jornal chileno *Interferencia* resumiu as falas do presidente como “Dia 1: Delinquentes; Dia 2: Vândalos; Dia 3: Estamos em guerra; Dia 5: Continuamos em Guerra; Dia 7: Que linda marcha que houve”. Aliado a tudo isso, a mensagem que Piñera passou quando foi a um restaurante comemorar o aniversário do neto enquanto vários metros e prédios públicos pegavam fogo não foi muito boa, causando mais fúria dos manifestantes (MONTES, 2019). Contudo, é importante notar que esta crise foi apenas herdada por Piñera, visto que a maior parte das mudanças já eram pedidas desde o início da redemocratização chilena. Isto, aliado a falta de credibilidade dos partidos políticos e as falas exacerbadas do presidente fizeram com que a sua imagem fosse decaindo dia após dia, mas com toda a classe política junta também.

Em decorrência disso, mesmo antes da maior manifestação da história do país, Piñera já tinha sinalizado mudanças em alguns dos temas mais pedidos até então, os quais eram: o aumento da pensão de mais de milhões de chilenos, a criação de seguros para acobertar gastos na saúde, a garantia de um salário mínimo para todos os trabalhadores, a diminuição em quase 10% das tarifas elétricas e a redução do salário de membros do governo (CHILE, 2019). Esse plano, que foi chamado de a Nova Agenda Social, não foi muito bem aceito pela população, vide que logo depois houve a ida de milhões de chilenos às ruas.

Os protestos continuaram por mais vários dias, tendo muitas vezes chegado a mais de cem mil pessoas somente na capital. Além disso começou uma maior descentralização dos atos, alcançando um maior número de cidades. A violência durante as manifestações também cresceu, chegando a ter milhares de feridos e mais de 20 mortos somente no mês de outubro. Incêndios em prédios públicos, vitrines quebradas e quebras de monumentos também foram comuns durante estes

dias. O estado de emergência e o toque de recolher foram usados durante inúmeros dias com a perspectiva de conseguir silenciar a população, o que não ocorreu. Outras medidas que Piñera utilizou foi a troca total de seus ministros e anunciou que fóruns mundiais que iriam acontecer no país durante o mês de novembro de 2019, como era Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-25) e o da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), iriam ser cancelados, mostrando que todo o foco do governo naquele momento era o de ouvir os pedidos que a população estava fazendo. Contudo, mesmo com todas essas medidas a população continuou a protestar nas ruas, fortalecendo os pedidos por uma nova Constituição no país. Isto fez com que no dia 15 de novembro, houvesse um acordo entre o Governo e a oposição, estabelecendo que no ano seguinte haveria um plebiscito para decidir a criação ou não de uma nova Constituição (BBC, 2019).

Com o estabelecimento do Plebiscito, marcado inicialmente para abril de 2020, os movimentos sociais começaram a diminuir severamente, fazendo com que o Chile voltasse a dispor de uma certa estabilidade. Poucas manifestações foram feitas nesse período, sendo que a maior delas foi a já popular Marcha Internacional da Mulher, ao qual pedia por mais direitos ao grupo e pela paridade no número de homens e mulheres que iriam redigir a Constituição. Mesmo que ainda não havia ocorrido o plebiscito, a maior parte da população já acreditava na sua mudança, sendo que em todas as pesquisas de opinião davam a vitória da modificação por uma folgada maioria. Numa pesquisa feita pela Associação Chilena de Municípios (AChM), órgão que reúne todas as prefeituras do país e que teve a participação de mais de 2 milhões de pessoas, mostrava que mais de 90% dos votos eram favoráveis para que o país tivesse uma nova Constituição. No entanto todo o processo eleitoral teve que ser atrasado com o aumento da pandemia da Covid-19 no país, fazendo com que a votação fosse adiada para o fim de outubro do mesmo ano (DULCI e SADIVIA, 2021).

A pandemia piorou as condições de vida no país, fazendo com que o desemprego crescesse para quase 13%, número mais alto de toda a década segundo o medidor do Instituto Nacional de Estatísticas do Chile. O Governo utilizou de um auxílio emergencial para que os mais pobres pudessem ter uma renda durante este tempo, porém o valor não foi o suficiente, fazendo com que aumentasse a pobreza no país. Serviços essenciais da saúde que já trabalharam no

seu ápice ficaram em colapso diversas vezes durante todo este período. Segundo o próprio Ministério de Desenvolvimento Social do país, o índice de pobreza alcançou a 10,6% da população, alcançado a mais de 2 milhões de chilenos (EFE, 2021). A desigualdade no país cresceu, mas num ritmo menor do que em países vizinhos já que o país conseguiu controlar melhor a situação por meio do rastreamento e da compra antecipada de vacinas. A imagem de Piñera melhorou um pouco junto a população, tendo uma aprovação de mais de 25% após alguns meses da pandemia, valor que era de menos de 10% no fim de 2019 (PLAZA PÚBLICA, 2020). Mesmo com a pandemia ainda forte no país, o plebiscito foi estabelecido para 25 de outubro de 2020, exatamente 1 ano depois da histórica manifestação.

As pesquisas eleitorais feitas nos dias anteriores do plebiscito continuaram a mostrar a vitória da aprovação pela alteração da Constituição, porém com um número menor do que previam pré pandemia. No fim, o plebiscito foi a eleição que teve a maior participação do país após o fim do voto obrigatório, reunindo mais de 50,9% dos votantes. Nela foi aprovada a opção por uma Nova Constituição com quase 80% dos votos, confirmando o clima de mudanças que a população pediu durante todo o último ano (SERVEL, 2020).

Tabela 3 – Votos do Plebiscito de 2020 sobre a aprovação de uma Nova Constituinte.

	<i>Quantidade de Votos</i>	<i>Em %</i>
<i>Aprovo</i>	5.899.683	77,89%
<i>Desaprovo</i>	1.634.506	21,59%
<i>Nulos</i>	39.725	0,52%
<i>Total</i>	7.573.914	100%

Fonte: Servel (2020)

O plebiscito também perguntou a maneira que esta nova Constituinte deveria ser: uma Convenção Constitucional Mista, o que faria que ela tivesse metade de membros que já eram congressistas da Câmara e a outra metade seria escolhida diretamente pela população, ou apenas a Convenção Constitucional, o que faria todos os seus membros serem eleitos numa futura eleição. Confirmando o clima de descontentamento político, a segunda opção ganhou com uma porcentagem de

votos maior do que a aprovação da mudança em si. Com este expressivo resultado, nem a pandemia fez com que milhares de chilenos voltassem a tomar as ruas para comemorar que, após um ano de protestos e quase 40 anos vivendo com uma constituição fraudulenta e autoritária, o país finalmente estava mudando (SERVEL, 2020).

Tabela 4 – Votos do Plebiscito de 2020 sobre a forma que deveria ser a Nova Constituinte, caso fosse aprovada.

	<i>Quantidade de Votos</i>	<i>Em %</i>
<i>Convenção Constitucional</i>	5.673.793	74,92%
<i>Convenção Constitucional Mista</i>	1.492.260	19,70%
<i>Nulos</i>	407.071	5,38%
<i>Total</i>	7.573.124	100%

Fonte: Servel (2020)

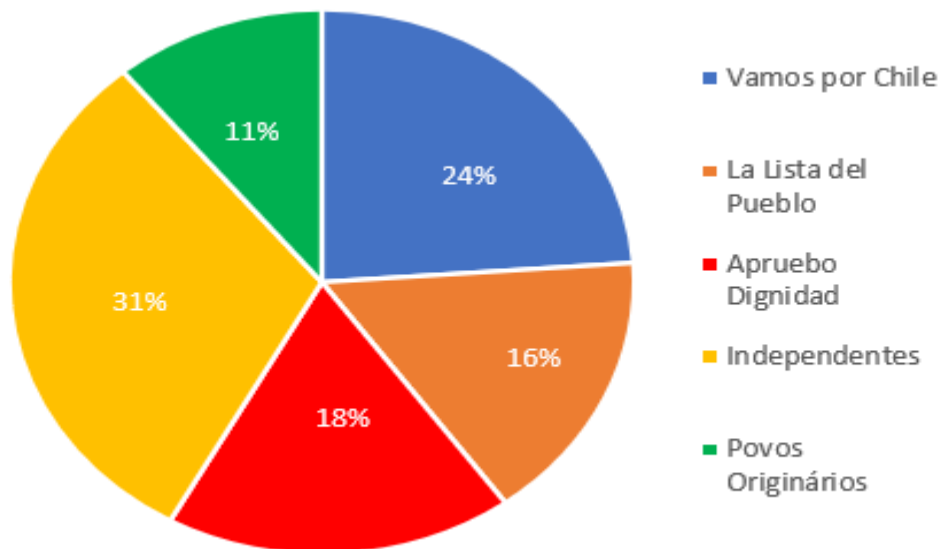
A eleição para os membros que iriam participar da Constituinte foi marcada para abril do ano seguinte, para que assim houvesse tempo hábil para a realização da campanha e para que pudesse delimitar a sua formação. Foi assim que no final do ano de 2020 foi aprovado pelo Parlamento a proposta de que 17 dos 155 membros seriam reservados para os povos originários do país. O número é proporcional ao Censo do país, visto que quase 12% dos chilenos tem origem indígena (LA NACIÓN, 2020). A paridade de gênero foi confirmada também, tendo que ter o mesmo número de candidatos por gênero em cada partido, podendo ser um a mais em caso de for um número ímpar. Esta lei, a qual foi bastante requerida desde o início das manifestações, logo se tornou polêmica após o resultado oficial. Dos mais votados de cada região eleitoral, 11 mulheres e 5 homens precisaram abdicar de seu cargo para que a lei da paridade fosse confirmada. Na maioria dos casos a diferença de votos foram poucas, porém também houve regiões, como o Distrito 14 em que o primeiro colocado, o qual obteve mais de 18 mil votos, teve que ceder seu cargo para a segunda colocada que teve pouco mais de 3 mil votos. Ao todo as mulheres acabaram tendo mais votos no país, com uma diferença de mais



de 100 mil votos, porém, como já tinha sido definido anteriormente na elaboração da lei, elas acabaram ocupando 77 das 155 vagas, tendo os homens ficado com as outras 78 (MONTES, 2021).

A eleição para a Constituinte do país foi realizada durante todo o fim de semana do dia 15 e 16 de maio de 2021, tendo resultados bastante surpreendentes. A maior parte dos partidos chilenos haviam se juntado em 3 grandes blocos distintos: Vamos por Chile (de direita); La Lista del Pueblo (de centro-esquerda); e o Apruebo Dignidad (de esquerda). Além destes blocos havia também os candidatos independentes, os de partidos menores e os representantes indígenas nas regiões predestinadas. Poucas pesquisas gerais foram feitas, já que cada distrito possuía a sua particularidade, contudo se esperava que houvesse um forte equilíbrio dos três blocos e que assim seria necessário da negociação para aprovar cada artigo, visto que é preciso de  $2/3$  dos constituintes para a sua aprovação. Um ponto que as pesquisas mostravam era a falta geral de confiança nos partidos políticos tradicionais chilenos. Uma delas, feita pela Ipsos em março do mesmo ano, mostrava que era de 6% a média de aprovação dos chilenos nos partidos políticos, mostrando o descontentamento geral que havia no país. Os resultados da eleição confirmaram este sentimento, fazendo com que os Independentes se tornassem a maior força deste novo Congresso. Além disso, uma surpresa foi a derrota da direita chilena, que, mesmo sendo o grupo mais votado, ficou longe de ter  $1/3$  do Congresso, não conseguindo ter o poder de veto (BBC, 2021).

Figura 1 – Total de cadeiras ocupadas por grupos políticos na elaboração da nova Constituição – em %



Fonte: Servicio Electoral del Chile (2021)

Numa análise do cientista político chileno Claudio Fuentes González, dos 138 candidatos vencedores, ou seja, descontando os que foram escolhidos pelos povos originários, apenas 50 (36%) deles podem ser considerados militantes de partidos políticos, pois já constituíam uma história dentro dessas bases. Já os restantes não possuem uma característica única já que não havia uma homogeneidade neles, tendo a reunião de pessoas de todos os espectros políticos que não viam os partidos tradicionais como seus representantes. No fim, na análise de González é possível afirmar que, enquanto que os representantes da direita não terão o 1/3 dos votos necessários para poderem vetar leis que não eram de seu interesse, o contrário também irá ocorrer para a esquerda, que mesmo sendo a maioria não terá os votos suficientes para aprovar tudo que querem. Portanto, a negociação entre os grupos com os independentes e os indígenas serão essenciais para que consigam aprovar ou rejeitar os artigos mais polêmicos (GONZÁLEZ, 2021).

O professor Facundo Ortiz escreveu em seu artigo “El insomnio chileno” sobre alguns dos meios que os grupos de esquerda utilizaram para conseguir mais votos na eleição. No primeiro dia da eleição foi visto que quase 20% dos eleitores tinham comparecido para votar, sendo eles predominante de zonas eleitoras que eram tradicionalmente de direita. Uma proposta que foi debatida anteriormente no

Congresso, mas que não teve a sua aprovação foi a do transporte gratuito nos dias de eleições, visto que os conservadores se uniram para sua rejeição. Durante o domingo houve um chamativo para os mais jovens votarem, grupo que mais participou das manifestações sociais. Ao fim do horário limite ainda havia filas em grandes centros, porém a votação teve uma presença bem menor do que a que aprovou a Constituinte alguns meses anteriores, chegando a pouco mais de 41% de chilenos votantes.

Dentre os candidatos que não faziam parte dos partidos políticos é notável mostrar a importância dos grupos indígenas, que mesmo tendo apenas 17 representantes conseguiram eleger a presidente da Assembleia. A líder mapuche Elisa Loncón foi eleita entre seus pares com mais de 90 votos, porém com votos vindo de todos os grupos políticos. Com esse número de votos, que se aproximou dos dois terços requeridos para o estabelecimento de um artigo constitucional, é possível prever que a Constituição finalmente terá o reconhecimento da autonomia e dos direitos dos povos originários. Até hoje a questão indígena não tinha sido tratada perante à sociedade chilena, sendo um dos poucos países latino-americanos que não detém o seu reconhecimento nas leis do país (BBC, 2021). Isto é um dos temas que sofrerão de maiores mudanças já que agora terá a participação inédita de seus representantes, além de ter uma alta participação no número de votos. Desde meados da década de 90 o tema virou parte do debate na maioria dos países latinos, sendo essencial para que anos depois países como o Equador, após a formulação da sua Constituição em 2008, e a Bolívia, que fez o mesmo em 2009. De acordo com a pesquisadora Carolina De La Harpe em seu artigo “Inclusión de derechos indígenas en Chile: Arquetipo constituyente desde América Latina”, o Chile é junto com a Guiana o país que pior tratou do assunto em toda a região, sendo o único país a não reconhecer nem a diversidade cultural que há presente neste grupo. Isto fez com que um dos primeiros temas a ser tratado na constituinte foi sobre a plurinacionalidade que há no país, sendo aprovado na subcomissão a mudança de seu entendimento para que possa “reconhecer a existência dos povos nacionais indígenas pré-existentes no Estado para alcançar a igual participação” (2021, p. 7)

A questão do meio ambiente e do direito sobre a água deverá ser um tema bastante discutido durante a constituinte, visto ser um dos países pioneiros sobre a

temática. O Chile tomou a vanguarda do tema nos últimos anos no continente americano, indo desde a tentativa de sediar a COP-25 em 2019 até a declaração de planos mais ambiciosos de redução de emissões de gases poluentes do que o aprovado no Acordo de Paris, em 2005. Segundo reportagem da BBC, muitos ativistas ambientais solicitam o estabelecimento do “ecocentrismo” como modo de viver no país, no qual o ser humano precisa viver em equilíbrio com as outras espécies e se comportar de forma harmônica com o seu meio. A discussão dessa questão se dá por causa que o Chile ainda é um país com alta dependência econômica das atividades de extração de minérios, responsáveis por grande parte da poluição do país. Portanto a busca de um equilíbrio no tema será um assunto de muito debate e com um forte lobby das duas partes (BBC, 2021).

Já a questão da água é considerada por muitos chilenos atualmente não como um direito, mas sim como um produto. Durante o período ditatorial Pinochet criou o Código das Águas, no qual privatizou as empresas fornecedoras de água do Estado, além de facilitar que organizações privadas virassem proprietárias da água que continha em seu espaço. A lei já foi alvo de protesto várias vezes nas últimas três décadas, tendo algumas alterações feitas pelo Congresso, mas que, no entanto, não alterou que a maior parte da água do país ainda permaneça na mão de poucas empresas (ALONSO, 2021). Hoje o país vive com uma expressiva diminuição de seus reservatórios, no qual quase metade da população rural não possui um abastecimento de água potável, mesmo sendo que o setor agrícola é o maior culpado disso, usando mais de 70% da água do país segundo estudo feito pelo Centro de Recursos Hídricos para a Agricultura e o Minério (CRHIAM). Ambientalistas acreditam que com uma maior regulação por parte do Estado a possibilidade de haver um uso mais consciente da água é mais provável. O mesmo estudo do CRHIAM divulgado pelo diretor Pedro Toledo, afirma que já há tecnologia para que seu uso chegue à metade do valor atual usado somente no setor de agricultura (TERRAM, 2021). Segundo uma pesquisa feita pelo Greenpeace logo após a eleição, mais de 57% dos constituintes tinham se comprometido a reconhecer a água como um direito de todos os cidadãos, mostrando que o assunto está perto de ter a aprovação durante a Constituinte.

A questão da educação no país será trabalhada na comissão de “Participação Plurinacional, Educação Pública, social e territorial” que estará presente na

Constituinte, tendo a maior parte do eleitos prometido que mudanças neste setor irão acontecer. Já os principais reitores da educação superior do país se uniram para a criação do projeto “Tenemos que Hablar del Chile”, o qual reuniu ideias de milhares de estudantes chilenos durante o ano de 2020 para poder decidir os rumos da educação no país. Numa reunião realizada no final de julho de 2021 com os líderes do projeto e mais de 100 constituintes foi conversado sobre a criação de um Sistema Nacional de Educação Pública, para que assim possa reorganizar a educação pública no país, além de ter um melhor aproveitamento dos recursos públicos (POZO, 2021). Já temas relacionados a questão da saúde e da previdência pouco foram tratados entre seus membros, levando a crer que serão temas de longas discussões ao passar dos meses.

### 3.2 Justiça de Transição aplicada ao Chile

Desde o retorno da democracia o Chile já experimentou os cinco pilares da Justiça de Transição. No entanto alguns desses passos foram de modo incompleto. O primeiro passo, o da Justiça, já iniciou de modo questionável. Como foi a própria Ditadura que comandou o início da redemocratização do país, vários crimes foram perdoados pelo Governo, como foi as anistias dadas para agentes do Estado que cometeram crimes contra os direitos humanos. Além de tudo isso, o próprio Pinochet após deixar o cargo de presidente continuou como chefe do exército por mais oito anos, tendo então direito ao foro privilegiado, fazendo com que só pudesse ser julgado pela Suprema Corte do país (COLLINS, 2013).

Constata-se então que a justiça demorou para se realizar ao principal acusado de todos os horrores dos quase 20 anos de período ditatorial. A primeira vez que conseguiram prender Pinochet foi quando ele viajou à Londres para tratamento médico. Na Europa já havia a denúncia dele perante os tribunais no qual ele estava sendo acusado por genocídio, terrorismo internacional, torturas e o desaparecimento de pessoas, principalmente envolvendo cidadãos espanhóis. Lá ele ficou detido por alguns meses, tendo depois ficado em prisão domiciliar. Pinochet possuía a imunidade parlamentar, fazendo com que a sua prisão fosse tumultuada pois envolvia questões diplomáticas. Houve também o pedido de extradição para a Espanha, já que lá ele também tinha sido julgado por mortes de espanhóis ocorridas

ainda na Caravana da Morte. O caso só teve fim em meados de 2000, quando o então ministro do interior do Reino Unido, Jack Straw, declarou que ele não estava com condições de saúde de ser julgado, liberando ele para ir de volta para o Chile. Contudo, na sua volta ao país logo se mostrou que estava em ótimas condições, conseguindo enganar o governo britânico. Assim Pinochet finalmente começou a ser julgado por diversos tribunais chilenos, porém pela idade avançada os problemas de saúde começaram a aumentar, sendo internado diversas vezes. Em 2002 ele renunciou ao cargo de senador vitalício após um acordo com o Congresso, no qual continuaria a receber subsídios financeiros do Governo, além de voltar a ser preso por diversas vezes até a sua morte em 2006 (HUNEEUS e SAGARIS, 2007) Assim, mesmo com a oficialização por meio dos tribunais de diversos crimes cometidos em seu Governo, Pinochet não pagou por todos os seus crimes até a sua morte. No entanto, na entrevista que a autora do livro “Caravana da Morte”, Patricia Verdugo, deu ao programa Roda Viva, ela acredita que Pinochet teve ao menos sido julgado pela opinião pública “Ele não podia sair de casa sem seus seguranças, pois se saísse poderia não voltar vivo. Muitos de seus familiares, mesmo não cometendo os crimes, tiveram que trocar os sobrenomes ou até mesmo fugirem do país.”

Já na busca da verdade o Chile teve mais avanços. Uma das primeiras medidas do presidente Patricio Aylwin, o qual foi o primeiro da redemocratização, foi a criação da Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação chilena, com a missão de esclarecer os crimes ocorridos e trazer a verdade dos fatos ocorridos no período militar. A Comissão durou quase um ano, sendo feita por juristas, ex-ministros, colaboradores do Regime Militar, historiadores e membros do partido do Presidente. No fim foi feito o Informe Rettig, que levava o nome do presidente do comitê, no qual:

foi um relatório de três partes que incluiu uma relação dos atos de violações dos direitos humanos, algumas recomendações para reparar o dano, e um resumo biográfico das 2.279 pessoas das quais a Comissão formou uma convicção de que morreram ou desapareceram vítimas da violação de seus direitos humanos no Chile entre eles 132 membros das forças de ordem (CUYA, 2011, p. 16).

Além disso houve a oficialização que o Departamento de Inteligência Nacional (DINA) atuou acima da lei, respondendo apenas ao Presidente do país,

servindo como um órgão de espionagem para ele. Como recomendação ao governo, o Informe pedia a reparação das vítimas de diversas formas, indo desde o reconhecimento da dignidade delas, uma pensão única como forma de reparação monetária e a realização de serviços básicos como atendimento de saúde e moradia custeados pelo governo. Outros pedidos feitos foram a da ratificação de tratados internacionais sobre os direitos humanos, criação de parques públicos em memória das vítimas e a feitura de campanhas no ambiente educacional que lembrem as vítimas dos crimes ocorridos, fazendo com que nunca sejam esquecidas (INFORME RETTIG, 1991). O relatório é um ótimo demonstrativo do que um Governo, que almeja a reconciliação dos crimes ocorridos, precisa mudar em diversas áreas para que chegue em seu objetivo. O maior problema é a realização de todos os deveres citados. No caso chileno, meses após a entrega do Informe foi criado pelo Governo a Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação (CNRR), órgão para cumprir o maior número de pedidos do Informe possíveis. A Corporação conseguiu encontrar mais dados de 899 pessoas, fazendo com que o número total de vítimas reconhecidas pelo Estado chegasse a 3197. Nela foi criada uma pensão mensal para as vítimas ou seus parentes no valor de 140 mil pesos chilenos, quantia equivalente a quase quatro vezes o salário mínimo no país naquela época. Além disso houve a gratuidade em serviços de saúde e bolsas estudantis para os filhos de cidadãos chilenos que morreram no período (BCN, 2018).

O país ainda passou por outra busca pela verdade em 2003 com a criação da Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura, a qual ficou conhecida como Comissão Valech por causa de seu presidente, o bispo Sergio Valech. Por quase um ano foram ouvidas milhares de pessoas que continham novas informações sobre outras vítimas do regime militar. Para conseguir definir o que era uma vítima, a Comissão precisou primeiramente definir o significado de Prisão Política e sobre o que é considerado Tortura, termos sobre os quais na época não haviam definições tão robustas pois muitas vezes eram subjetivas. Em seu fim ela qualificou que pelo menos 27.255 pessoas sofreram de prisão política, tendo 94% deste total sofrido de tortura. Após uma atualização dos dados meses depois foram registradas mais vítimas, chegando a um total de 28.459 pessoas. Como maneira de recompensar todos os afetados, o Governo aprovou uma reparação única monetária no valor de

um milhão de pesos chilenos, montante que foi criticado pela opinião pública no país (HIETANEN, 2007).

É interessante pontuar que mesmo o país fazendo duas Comissões da Verdade após a redemocratização, houve diversas críticas sobre o funcionamento delas. Igual a maior parte destas Comitês no continente americano, elas não possuíam função judicial, não podendo culpar nenhum indivíduo específico como seu danificador. Esta questão fez com que ainda na década de 2010 houvesse inúmeros casos de violações dos direitos humanos causados na Ditadura em tribunais chilenos. Elas também foram feitas de maneira mais reservadas, tendo grande parte da população só conhecendo o seu feito ao fim de sua resolução. No entanto um ponto de grande destaque é a rapidez que a primeira comissão foi feita, começando dias depois do fim da Ditadura. A rapidez fica mais visível em comparação com outros países latinos, já que Brasil realizou a sua depois de mais de 20 anos do fim de seu regime militar (CUYA, 2011).

A questão da reparação feita pelo Estado também foi um ponto forte da redemocratização chilena. Como visto anteriormente, mesmo com toda a controvérsia que teve, o Estado chileno forneceu recursos monetários para todos os familiares das vítimas reconhecidas pelos Comitês. No artigo do acadêmico Gabriel Dauer intitulado “Marcas da Memória: Justiça de Transição no Brasil e no Chile” é possível ver melhor as outras formas de reparação que o país fez. Houve a criação de diversos projetos culturais com o foco de “revitalizar, reconstruir, ressignificar e, além de tudo, lutar por uma cultura de respeito aos direitos humanos.” Desses projetos o que teve maior grandeza foi o Museu da Memória e dos Direitos Humanos, inaugurado em 2010. Segundo Bachelet, a presidente do país no momento que inaugurou, o Museu tem a função de “dignificar as vítimas e suas famílias e estimular a reflexão e o debate sobre a importância do respeito e a tolerância, para que assim estes feitos nunca mais se repitam.” (MUSEO DE LA MEMORIA, 2010). Além disso houve a criação de dezenas de monumentos e memoriais em diversas cidades no país e no exterior, necessários para lembrar de toda a tragédia causada. Mais recentemente, em 2017, foi criado o Plano Nacional de Direitos Humanos do Estado do Chile, que tem dentre as suas funções a de promover a criação de espaços de memória sobre o período.



Já na etapa das Reformas Institucionais o Chile não obteve tantos avanços quanto nos outros quesitos, fazendo grandes mudanças em apenas uma parte delas. Como já mencionado anteriormente, a maior alteração nas estruturas que chefiaram a Ditadura foi realizada somente em 2005, com a criação de um mandato para cada comandante das Forças Armadas e com a possibilidade de sua demissão. No setor judiciário as reformas eram mais necessárias já que Pinochet havia aumentado o número de juizes da Suprema Corte de 13 para 17 no ano de sua saída, sendo que tinha nomeado 15 destes, tendo eles mandatos permanentes. Assim, mesmo não estando mais no poder, Pinochet havia conseguido manter que grande parte da justiça do país continuasse do seu lado, fazendo com que ele preservasse grande parte de seus feitos. Isto também fez com que muitas acusações contra ele não fossem levadas pela frente (COLLINS, 2013).

A tentativa de uma ampla Reforma Judiciária foi rejeitada no mandato de Patricio Alwyn em 1991, visto que grande parte do Senado era aliado de Pinochet ou então foi senador designado por ele. Segundo a historiadora Elin Skaar no artigo “Un Análisis de las reformas judiciales de Argentina, Chile y Uruguay”, somente em 1997, no mandato de Eduardo Frei, que foi aprovada uma mudança no setor. Sabendo que uma grande reforma novamente iria ser rejeitada, o governo de Frei começou fazendo pequenas alterações, focando a reorganização de Cortes e da Defensoria Pública. Com estas aprovações, logo Frei mandou a proposta de uma grande alteração na Suprema Corte, tendo agora uma idade máxima de 75 anos para continuar como membro. Além disso houve a alteração na forma de ser escolhido como juiz dela. Ao invés de ser apenas escolhido pelo Presidente do país, com a reforma cada candidato precisava ser aprovado por 2/3 dos senadores para ser eleito um membro da Alta Corte, fazendo com que diminuísse o poder do chefe do Executivo em decorrência do fortalecimento da democracia (SKAAR, 2003).

Portanto é possível notar que desde a redemocratização houve uma grande queda do poderio da presidência do Chile perante o Judiciário e o Legislativo. No caso do Exército também houve uma diminuição de sua presença, porém com grande parte deles não sendo julgados pelos crimes ocorridos. Uma questão interessante é a gigantesca queda do legado de Pinochet. Na década de 90 grande parte dos conservadores do país ainda o apoiavam, vide as derrotas que as tentativas de Reformas tiveram nesse período. Já em 2018, quando um coronel do

exército e chefe da escola militar do país fez elogios a um comandante que foi julgado pelas cortes do país como genocida a uma pena de 600 anos de prisão, o presidente conservador Sebastian Piñera foi rápido em mandá-lo para a reserva. Em 2019 ele rebateu os elogios que o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, fez à ditadura chilena. Além disso as pesquisas mais atuais sobre o Governo Pinochet mostram que menos de 10% da população acham que ele foi positivo, mostrando que parte dos trabalhos feitos desde a redemocratização tiveram efeito (FIGUEIREDO, 2019).

Já o quinto e o último passo da teoria de Justiça de Transição é o que mais visivelmente não funcionou. Não houve a reconciliação entre as vítimas e os transgressores já que, enquanto um lado pagou com mortes e com transtornos que irão durar as suas vidas inteiras, os culpados disso em muitos casos conseguiram passar impunes. Mesmo que diversos comandantes tenham sido julgados e presos, a maioria de seus chefes conseguiram passar impunes. Nesse caso podemos pegar a teoria que Hannah Arendt fez quando observava o julgamento de Adolf Eichmann, coronel alemão do governo nazista. A banalidade do mal ocorre quando um encarregado de algo não racionaliza sobre o que está fazendo, apenas seguindo ordens de seu líder, tornando-se apenas um burocrata. Às vezes é difícil imaginar que soldado possa ter violado diversos direitos de outros sem que tenha pensado sobre o que está fazendo, porém há inúmeros casos comprovados na história de que ele também estava ameaçado caso não fizesse (ARENDR, 1963). No entanto, a reconciliação só pode ocorrer quando há um pedido de perdão vindo do agressor. Se olharmos o caso chileno, pode ser visto que pelo menos para Pinochet isto estava muito longe de ocorrer, como pode ser visto em sua última entrevista a um meio de comunicação:

“Entrevistadora – Você sabe muito bem que alguns o amam e outros o odeiam. Uns consideram você como o salvador do Chile e outros dizem que você foi o ditador que violou direitos humanos. Como você se vê?

Pinochet – Uma pergunta difícil, me vejo como anjo (...). Mas creio que, pensando e meditando, eu sou bom, um homem que não tem ódio no coração

Entrevistadora – Sem nenhum ressentimento?

Pinochet – Nenhum. Tenho bondade...” (SALAZAR, 2003)

Na mesma entrevista Pinochet não reconhece nada de ruim que houve em seu governo, colocando a culpa de alguns excessos em seus subordinados. Além disso afirma que se não houvesse a sua intervenção em 1973, o Chile logo iria “implantar o sistema comunista e viveria uma nova Cuba”, crendo que todos os seus atos foram necessários para isso (SALAZAR, 2003). A reconciliação chilena não poderá mais conter um pedido de desculpas de Pinochet, mesmo com todos os Governos após a redemocratização praticando atos de reconhecimento do Estado aos crimes ocorridos. Assim, a reconciliação só conseguirá ir para a frente quando todas as mazelas realizadas no período militar forem acabadas, o que não ocorreu até ao menos a chegada da Constituinte.

Portanto, é notável ver que mesmo com o Chile utilizando de diversas formas e processos para alcançar a reconciliação nacional, o fim almejado ainda não foi encontrado, tendo a nova Constituição como um dos maiores determinantes para encontrá-la. A falta de julgamentos aos culpados mais conhecidos e de drásticas mudanças do que foi vinculado ao período militar são os maiores erros cometidos nesse processo. No entanto é importante notar que houve diversas tentativas de alterações, porém todas encontraram obstáculos nos perpétuos de Pinochet, seja pelo controle da Suprema Corte ou pela criação de políticos vitalícios, fazendo com que as propostas de alterações dificilmente encontrassem suporte no Congresso, ou pela economia neoliberal organizada por Pinochet com as dezenas de privatizações e a diminuição do papel do Estado, fazendo com que os futuros presidentes não conseguissem alterá-la da mesma maneira brusca que fez. Nisto se encontram questões como a aposentadoria e a educação pública, as quais se mantiveram praticamente da mesma maneira que foram feitas há décadas atrás, precarizando totalmente o setor e com uma baixa participação do Estado.

Outro fator que demorou para ocasionar grandes mudanças foi a alta popularidade de Pinochet após a sua saída do poder. Mesmo tendo perdido o plebiscito, ele havia ainda conseguido um grande número de votos para continuar no poder, mostrando que ainda havia uma grande influência nos eventos futuros do país. A mudança de imagem dele só ocorre com a sua primeira prisão, ocorrida em Londres, sendo que logo após ela os julgamentos contra ele no Chile começaram a ter uma maior celeridade, mostrando ao público em geral os crimes que foram cometidos em sua época. É interessante notar que a maior reforma constitucional

em toda a redemocratização se dá nesse mesmo período, mostrando que um fato estava ligado ao outro. Já um grande erro que os defensores da democracia tiveram foi com a aceitação sem quase nenhuma discussão da Constituição de 1980. Na época já se sabia que o plebiscito tinha sido feito de maneira fraudulenta, porém em nenhum momento levaram ao debate público a discussão de uma nova Constituinte durante a década de 90, tema que só foi levado a frente no segundo mandato de Michelle Bachelet, mais de 20 anos após o fim (GONZALEZ, 2020)

## 4 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho buscou-se entender a relação das grandes manifestações ocorridas no Chile durante o ano de 2019 com os fatos ocorridos no período militar que já tinha se encerrado havia três décadas. O legado de Pinochet segue no país até hoje em diferentes setores. A geração de riqueza feita por empresas estatais é pequena, vista como pode se ver pelo baixo número de empresas estatais já que a maior parte foi privatizada em seu governo, tendo como grande exceção a CODELCO, corporação do governo criada pela junção de pequenas produtoras após a nacionalização do cobre feita por Allende. Na saúde houve uma expressiva diminuição dos gastos públicos, fazendo com que serviços médicos se tornassem inviáveis para grande parte da população. Na educação ocorreu o mesmo, sendo as áreas mais afastadas dos grandes centros como as principais afetadas. Já a reforma do sistema previdenciário fez com que ele acabasse pra maioria dos cidadãos chilenos.

Além de todos estes pontos que mexeram principalmente com a questão econômica, há diversos outros que mudaram o panorama social do país. O sistema judiciário logo foi cooptado por Pinochet, fazendo com que causas de minorias e dos povos originários não fossem levadas a frente. Este último grupo, mesmo sendo uma parcela significativa da população, não possui inúmeros direitos reconhecidos até hoje. Os índices econômicos, como já visto anteriormente, foram ruins na sua maior parte, tendo a ideia de que “Pinochet arrumou com a economia do Chile” um mito que é perpassado até mesmo pelo presidente brasileiro (FAJARDO, 2019).

Assim, a ideia já enraizada no imaginário popular de que o Chile é um país que saiu melhor após o período militar é completamente errônea. Os índices econômicos se mantiveram menor do que a média mundial, sendo que para isto foi necessário um alto custo dos índices sociais para a sua execução. Mesmo os “*Chicago Boys*”, grupo que ainda hoje é visto como os resolvedores de crise econômicas como no Brasil, utilizaram de ideias totalmente extremas, como o fim da previdência pública, tendo resultados muito abaixo do esperado no período.

O único grupo que saiu com um aumento de influência acabou sendo os próprios militares. São eles os únicos que continuaram com uma previdência pública. Pela própria Constituição do país, eles devem receber 10% de todo o valor da venda

de cobre, fazendo com que as Forças Armadas do país sejam uma das mais bem equipadas de toda a América. Mesmo as reformas que tiveram neste setor, como a retirada de parte de sua influência no governo e a de seus chefes poderem ser afastados, não retiraram os ganhos que tiveram durante a época que eram o governo (HUNEEUS e SAGARIS, 2007).

Dessa forma, é possível afirmar que houve um fracasso dos governos após a redemocratização, visto que pouco foi feito para mudar parte destes pontos. A aceitação por esses grupos de uma Constituição feita de forma nada popular mostra que Pinochet conseguiu manter grande parte de seu legado por décadas. No entanto não se pode negar que diversas tentativas de mudanças foram feitas nesse período, tendo boa parte dos pilares da Justiça de Transição sendo realizados. Assim pode se afirmar que esta teoria foi levada em prática em diversos modos, seja pelos julgamentos tardios de Pinochet, pela criação de monumentos e obras para lembrar as vítimas deste regime ou pela aceitação por parte do Governo de que crimes foram cometidos, sendo feitos tanto o Informe Rettig quanto o Informe Valech para que tivesse uma compensação a todos que sofreram (CUYA, 2011)

No entanto o fracasso das reformas institucionais é visível, visto que pouco foi feito após esse período, além de este ser um dos principais fatores para a realização dos eventos que ocorreram ao fim de 2019. Como visto anteriormente, a ideia de uma nova Constituinte logo virou a principal pauta dos milhões de manifestantes, fazendo com que o Governo não tivesse escolha a não ser a realização de um plebiscito. As poucas alterações realizadas durante os últimos 30 anos não serviram para igualar os ganhos que estes grupos tiveram durante a Ditadura. No judiciário houve até mudanças maiores como o limite de tempo no cargo e a escolha de juízes para os principais tribunais de uma maneira mais democrática, porém que só foi se realizar principalmente após a prisão de Pinochet no exterior, quando a sua popularidade não era tão grande como quando saiu do poder.

Mesmo com pouco tempo de formação da Constituinte já se pode notar que temas que durante décadas foram marginalizados e que se tornaram centrais durante os protestos de 2019 serão parte dos focos principais de debate. Os direitos dos povos originários, a preservação do meio ambiente e as mudanças drásticas em setores que os “*Chicago Boys*” alteraram já estão sendo debatidas. Contudo há

várias questões que ainda ficam abertas e que ainda serão debatidas até a promulgação de uma nova Constituição.

O expressivo resultado no plebiscito de 2019 não significa que esta nova Carta Magna será aprovada quando for levada a um novo plebiscito. Pesquisas mostram que 66% da população apoia a gestão de comando da Constituinte, valor bastante menor do resultado que a aprovou (EL MOSTRADOR, 2021). Além disso, mesmo com a direita chilena não tendo os votos suficientes para vetarem propostas, eles ainda ocupam uma expressiva parte da câmara, fazendo com que assuntos mais conservadores, como a nacionalização de empresas e a permissão do aborto dificilmente passem.

## REFERÊNCIAS

ACHM - Asociación Chilena de Municipalidades. **Consulta Ciudadana Municipal**, Santiago, 2019. Disponível em: < <https://www.consultaciudadana2019.cl/>>. Acesso em: 11 de ago. de 2021.

AKASHI, Marcelo Yoshiaki Hanai. **A intervenção da casa branca no Chile: como o governo dos Estados Unidos da América derrubou o presidente Salvador Allende do poder**. 2004.

ALONSO, Judir. Nueva Constitución chilena, ¿un nuevo papel para el agua?. **DW**. Santiago, 14 de mai. de 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/es/nueva-constituci%C3%B3n-chilena-un-nuevo-papel-para-el-agua/a-57535729>. Acesso em:

ARAUJO, Paulo Fernando Lara Pereira de. **A condução da política econômica no Governo da Unidade Popular, de Salvador Allende-1970/1973**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-06122019-165147/publico/2019\\_PauloFernandoLaraPereiraDeAraujo\\_VOrig.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-06122019-165147/publico/2019_PauloFernandoLaraPereiraDeAraujo_VOrig.pdf). Acesso em: 30 de jun. de 2021.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal**. Tradução de Ana Corrêa da Silva. Coimbra: Tenacitas,[1963], 2003.

ÁVILA, Carlos Federico Domínguez. O golpe no Chile e a política internacional (1973): ensaio de interpretação. **História (São Paulo)**, v. 33, p. 290-316, 2014.

BANCO CENTRAL DE CHILE. Dirección de Estudios. **Indicadores económicos y sociales de Chile 1960-2000**. División Estudios, Banco Central de Chile, 2001. Disponível em:<[https://www.bcentral.cl/documents/33528/133439/bcch\\_archivo\\_098139\\_es.pdf/9c630e90-825a-0e4a-1508-d215cd808413?t=1573279634953](https://www.bcentral.cl/documents/33528/133439/bcch_archivo_098139_es.pdf/9c630e90-825a-0e4a-1508-d215cd808413?t=1573279634953)>. Acesso em: 02 de ago. de 2021.



BANCO MUNDIAL. Índice de Gini – Chile. **Banco Mundial**. Washington, 2021. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI>. Acesso em: 29 de ago. 2021

BARROS, Robert. Constitutionalism and dictatorship: Pinochet, the Junta, and the 1980 constitution. **Cambridge University Press**, 2002.

BARROS, Robert. Personalización y controles institucionales: Pinochet, la Junta Militar y la Constitución de 1980. **Desarrollo económico**, p. 17-35, 2001.

BBC. Protestos no Chile: a manifestação histórica que encheu as ruas de Santiago. **BBC**. Santiago, 26 de out. de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50193228>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. Elecciones en Chile: candidatos independientes y de la oposición dominan la asamblea que redactará la nueva Constitución. **BBC**. Santiago, 17 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57139669>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

BCN – Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. **Beneficios para prisioneros y torturados políticos**. Santiago, 2018. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leyfacil/recurso/beneficios-para-prisioneros-y-torturados-politicos>. Acesso em: 27 de ago. de 2021.

BITAR, Sergio. **Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BOREL, Marcelo. Reformas constitucionais e aprofundamento democrático no Chile: De Pinochet à Bachelet. **Agenda Política**, v. 5, n. 3, p. 108-138, 2017. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/147/140>. Acesso em: 05 de ago. de 2021.

CAVALLO, Ascanio; SERRANO, Margarita. **Golpe 11 de septiembre de 1973.: Las 24 horas más dramáticas del siglo XX**. Uqbar, 2013.

CEA, Rodrigo. Bachelet apuesta por una nueva Constitución em su programa de Gobierno . **El País**. Santiago, 27 de out. de 2013. Disponível em:

[https://elpais.com/internacional/2013/10/28/actualidad/1382920634\\_511566.html](https://elpais.com/internacional/2013/10/28/actualidad/1382920634_511566.html).

Acesso em: 19 de ago. 2021.

CEP – CENTRO DE ESTUDIOS. **Encuesta Nacional de Opinión Pública Mayo-Junio 1988.** Santiago, 1988. Disponível em:

[https://www.cepchile.cl/cep/site/docs/20160304/20160304092755/documento\\_encm\\_ayjun88.pdf](https://www.cepchile.cl/cep/site/docs/20160304/20160304092755/documento_encm_ayjun88.pdf). Acesso em: 22 de jul. de 2021.

CHECHILNITZKY, Alexandra; SAID, Carlos. Más de 1,2 millones de voces gritan en Plaza Italia. **La Tercera**. Santiago, 25 de out. de 2019. Disponível em: <https://www.latercera.com/nacional/noticia/mas-millon-voces-gritan-plaza-italia/878555/>. Acesso em: 28 de jul. de 2021

CHILE, **Constitución Política de la República de. Santiago**, 1925. Disponível em: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/4/1641/10.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2021

\_\_\_\_\_. **Constitución Política de la República de. Santiago**, 1980. Disponível em: <https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/60446/3/132632.pdf>. Acesso em: 22 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_, Gobierno de. **Nueva Agenda Social**. Santiago, 2019. Disponível em: <https://www.gob.cl/agendasocial/>. Acesso em 03 de ago. de 2021.

COLLINS, Cath. Chile a más de dos décadas de justicia de transición. **Política. Revista de Ciencia Política**, v. 51, n. 2, p. 79-113, 2013. Disponível em: <https://revistapolitica.uchile.cl/index.php/RP/article/view/30160/32102>. Acesso em: 23 de ago. de 2021.

COLOMBO, Sylvia. Bachelet manda a Congresso chileno proposta de convocação de Constituinte. **Folha de São Paulo**. Buenos Aires, 6 de mar. De 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/03/bachelet-manda-a-congresso-chileno-proposta-de-convocacao-de-constituente.shtml>. Acesso em: 19 de ago. de 2021.

CUEVA, Eduardo González. Até onde vão as comissões da verdade? In: REÁTEGUI, Félix (Org). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro

Internacional para a Justiça de Transição, 2011. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1086>>. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

CUYA, Esteban. **Justiça de Transição**. Acervo, v. 24, n. 1, p. 37-78, 16 fev. 2012. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/370/370>. Acesso em: 28 de ago. de 2021.

DÉLANO, Manuel; TRASLAVIÑA, Hugo. **La Herencia de los Chicago Boys**. Santiago: Las Ediciones del Ornitorrinco, 1989.

DHNET. Comissões de Memória e Verdade no Mundo. **Rede Direitos Humanos e Cultura**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/index.htm>. Acesso em: 07 de jul. de 2021.

EFE. Pandemia faz pobreza no Chile aumentar e atingir 10,8% da população em 2020. **UOL**. Santiago, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2021/07/06/pandemia-faz-pobreza-no-chile-aumentar-e-atingir-108-da-populacao-em-2020.htm>. Acesso em: 23 de ago. de 2021.

EL MOSTRADOR. Encuesta revela amplio respaldo de 66% a la gestión de Elisa Loncon pese a las críticas de la derecha dura en la Convención. **El Mostrador**. Santiago, 2021. Disponível em: <https://www.elmostrador.cl/destacado/2021/08/31/encuesta-revela-amplio-respaldo-de-66-a-la-gestion-de-elisa-loncon-pese-a-las-criticas-de-la-derecha-dura-en-la-convencion/>. Acesso em: 01 de set. de 2021.

ESGUERRA, Cristina. La Constitución es la base de la identidad de un país. **Semana**. Bogotá, 29 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.semana.com/historia/articulo/la-constitucion-es-la-base-de-la-identidad-de-un-pais/202006/>. Acesso em: 17 de ago. de 2021.

FICO, Carlos. Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. **FGV Editora**, 2008.

FAJARDO, Luis. O Chile deve seu milagre econômico ao governo Pinochet?. **BBC**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47670966>. Acesso em: 31 de ago. de 2021.

FIGUEIREDO, Filipe. Brasileiros e o mito de Pinochet. **Gazeta do Povo**. São Paulo, 25 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/filipe-figueiredo/brasileiros-e-o-mito-de-pinochet/>. Acesso em: 25 de jun. de 2021.

FIGUEIREDO, Janaína. Ao punir militares Piñera se distancia da direita pinochetista. **O Globo**. Buenos Aires, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/ao-punir-militares-pinera-se-distancia-da-direita-pinochetista-23161272>. Acesso em: 23 de ago. de 2021.

FUENTES, Claudio. **El fraude: Crónica sobre el plebiscito de la Constitución de 1980**. Hueders, 2013.

GARCIA, Victor. Una marcha histórica desafió el plan de Piñera para contener la crisis. **La Nación**. Santiago, 26 de out. de 2019. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/chile-camioneros-taxistas-se-suman-movilizacion-semana-nid2300489/>. Acesso em: 30 de jul de 2021.

GEHRKE, Mirjam. 1970: Allende é eleito presidente do Chile. **DW**. Santiago, 4 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1970-allende-%C3%A9-eleito-presidente-do-chile/a-952054>. Acesso em: 30 de jul. de 2021

GONZÁLEZ, Claudio Fuentes. La verdadera cara de la Convención: independientes = 88; militantes de partidos = 50. **Pauta CL**. Santiago, 17 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.pauta.cl/politica/independientes-son-mayoria-absoluta-de-la-convencion-constitucional>. Acesso em: 02 de ago. de 2021

GUTIÉRREZ, Carlos. Militares contra Pinochet: Los que defendieron la Constitución frente al golpe de 1973 en Chile. **Capital Intelectual**. Buenos Aires, 2009. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2009400418/>. Acesso em: 27 de jul. de 2021.

HARPE, Carolina Acevedo De La. Inclusión de derechos indígenas en Chile: Arquetipo constituyente desde América Latina. Polis. **Revista Latinoamericana**, n. 58, 2021.

HUERTA, Joaquín Fernando. **La revolución inconclusa: la izquierda chilena y el gobierno de la Unidad Popular**. Centro de Estudios Públicos, 2013.

HUNEEUS, Carlos; SAGARIS, Lake. **The Pinochet Regime**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2007.

ICTJ. About us. **International Center for Transitional Justice**. Nova York, 2011. Disponível em: < <https://www.ictj.org/about>>. Acesso em: 15 de jul. de 2021

INFORME RETTIG. **Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación de Chile**. Santiago, 1991. Disponível em: <http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/Informe-Rettig-tomo1.pdf>. Acesso em: 25 de ago. de 2021.

INTERFERENCIA. Más de un millón de chilenos marchan en Santiago exigiendo renuncia de Piñera. **Interferencia**. Santiago, 26 de out. de 2019. Disponível em: <https://interferencia.cl/articulos/mas-de-un-millon-de-chilenos-marchan-en-santiago-exigiendo-renuncia-de-pinera>. Acesso em: 05 de ago. de 2021.

LA NACIÓN. Congreso chileno aprueba 17 escaños indígenas para redactar nueva Constitución. **La Nación**. Assunção, 2020. Disponível em: <https://www.lanacion.com.py/mundo/2020/12/15/congreso-chileno-aprueba-17-escaños-indigenas-para-redactar-nueva-constitucion/>. Acesso em: 19 de ago. de 2021

LA TERCERA. Ex agente de la DINA afirma que hubo fraude en plebiscito constitucional de 1980 en Chile. **La Tercera**. Santiago, 2012. Disponível em: <https://www.latercera.com/noticia/ex-agente-de-la-dina-afirma-que-hubo-fraude-en-plebiscito-constitucional-de-1980-en-chile/>. Acesso em: 18 de jul. de 2021.

LABRA, Maria Eliana. Política e saúde no Chile e no Brasil: contribuições para uma comparação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, p. 361-376, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SxK3zxDM7rmGCW5QPRMRvpP/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 18 de ago. de 2021.

MCARTHUR, Fabiana Godinho. Justiça de Transição: o caso brasileiro. **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Revista anistia política e justiça de transição**, n. 7,

2012. Disponível em: < <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r33108.pdf>>. Acesso em: 01 de ago. de 2021.

MCELVEEN, James; SIEKMEIER, James F.; HOWARD, Adam M. (Ed.). **Foreign Relations of the United States, 1969-1976: Chile, 1969-1973**. XXI. US Government Printing Office, 2014. Disponível em: <https://static.history.state.gov/frus/frus1969-76v21/pdf/frus1969-76v21.pdf> Acesso em: 05 de ago. de 2021.

MELLER, Patricio. Un siglo de economía política chilena (1890-1990). Santiago: **Editorial Andrés Bello**, 1996.

MINEDUC - Ministerio de Educación de Chile. **Estadísticas Generales**. Santiago, 2021. Disponível em: <https://www.conicyt.cl/fondecyt/category/estudios-y-documentos/estadisticas-generales/>. Acesso em: 11 ago. de 2021.

MONTES, Rocío. Sebastián Piñera, o presidente que pediu perdão. **El País**. Santiago, 26 de out. de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/25/internacional/1572024651\\_239725.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/25/internacional/1572024651_239725.html). Acesso em: 04 de ago. de 2021.

\_\_\_\_\_. Chilenos castigam partidos políticos na eleição de parlamentares que decidirão nova Constituição. **El País**. Santiago, 17 de maio de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-05-17/chilenos-castigam-partidos-politicos-na-eleicao-para-a-constituente.html>. Acesso em: 08 de ago. de 2021.

MUSEO DE LA MEMORIA. **Sobre el Museo**. Santiago, 2010. Disponível em: <https://web.museodelamemoria.cl/sobre-el-museo/>. Acesso em: 26 de ago. de 2021.

NÚÑEZ, Facundo Ortiz. El insomnio chileno. **Revista de Economía Institucional**, v. 23, n. 45, p. 309, 2021. Disponível em: <https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/ecoins/article/view/7353/10075>. Acesso em: 29 de ago. sw 2021.

OLIVARES, Eduardo; OJEDA, Juan Manuel. Plebiscito del 88: el documento del CEP que revela el vuelco a favor del No. **Pauta CL**. Santiago, 04 de out. de 2018. Disponível em: <https://www.pauta.cl/politica/vuelco-plebiscito-1988-documento-cep-revela-por-que-gano-opcion-no>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

ORELLANA, Mario Tapia. Reforma constitucional de 2005: análisis institucional, jugadores con veto y desafíos para el futuro. **UAH**. Santiago, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.uahurtado.cl/handle/11242/5110?show=full>>. Acesso em: 04 de ago. de 2021.

PLAZA PÚBLICA. Encuesta Abril. **Plaza Pública**. Santiago, 2021. Disponível em: [https://plazapublica.cl/wp-content/uploads/2020/04/Track-PP-327-Abril-S3-VF-\\_Baja.pdf](https://plazapublica.cl/wp-content/uploads/2020/04/Track-PP-327-Abril-S3-VF-_Baja.pdf). Acesso em: 24 de ago. de 2021.

PIRES, Cláudia Priscila. As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do Chile e a deflagração do movimento estudantil em 2011. **Revista Contraponto**, v. 2, n. 2, 2015. Disponível em:<<https://www.seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/59931>>. Acesso em: 27. De jun. de 2021.

POZO, Felipe. U. de Chile realiza encuentro con constituyentes para abordar principales desafíos en educación pública. **UCL**. Santiago, 29 de jul. de 2021. Disponível em:<https://www.uchile.cl/noticias/178293/encuentro-con-constituyentes-aborda-los-desafios-en-educacion-publica>. Acesso em: 23 de ago. de 2021.

QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de transição: contornos do conceito**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-05032013-074039/en.php>. Acesso em; 01 de jul. de 2021.

REVERBEL, Paula. Como é se aposentar no Chile, o 1º país a privatizar sua Previdência. **BBC**. São Paulo, 16 de maio de 2017. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39931826>. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

SALAZAR, Maria Elvira. **Entrevista a Pinochet**. Youtube, 2003. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nKeLy5HmUZ0>. Acesso em: 15 de ago. de 2021.

SANTOS, Eric Assis dos. **A transição à democracia no Chile: rupturas e continuidades do projeto ditatorial 1980-1990**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14620>. Acesso em: 24 de jul. de 2021.

SKAAR, Elin. **Un análisis de las reformas judiciales de Argentina, Chile y Uruguay**. Universidad de Salamanca, 2003. Disponível em: [https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/120606/Un\\_analisis\\_de\\_las\\_reformas\\_judiciales\\_d.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/120606/Un_analisis_de_las_reformas_judiciales_d.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 28 de ago. de 2021.

SERVEL – Servicio Electoral de Chile. **Resultado de Plebiscito de 1980**. Santiago, 1980. Disponível em: <https://archivo.servel.cl/index.php/plebiscito-de-1980>. Acesso em: 25 de ago. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Resultado de Plebiscito de 1988**. Santiago, 1988. Disponível em: <https://archivo.servel.cl/index.php/plebiscito-de-1988-1>. Acesso em: 25 de ago. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Resultado de Plebiscito de 2020**. Santiago, 2020. Disponível em: <https://www.plebiscitonacional2020.cl/recursos-informativos/>. Acesso em: 25 de ago. de 2021.

SOUZA, Ana Cristina Augusto de. **Salvador Allende e o mito da estabilidade chilena**. Revista Intellector-ISSN 1807-1260-CENEGRI, v. 3, n. 06, p. 01-26, 2007.

TEITEL, Ruti G. Transitional justice genealogy. **Harvard. Human. Rights. J.**, v. 16, p. 69, 2003.

TERRAM. En Chile, la agricultura tendría que funcionar con la mitad del agua que usa actualmente. **Fundación Terram**. Santiago, 2021. Disponível em: <https://www.terram.cl/2021/05/en-chile-la-agricultura-tendria-que-funcionar-con-la-mitad-del-agua-que-usa-actualmente/>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.

TOSI, Giuseppe. **Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade**. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2014.

VERDUGO, Patricia. La caravana de la muerte: pruebas a la vista. **Sudamericana Chilena**, 2000.

\_\_\_\_\_. **Entrevista ao Roda Viva**. Youtube, 2001. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_qr9KVF5AbQ&ab\\_channel=RodaViva](https://www.youtube.com/watch?v=_qr9KVF5AbQ&ab_channel=RodaViva). Acesso em: 28 de jul. de 2021.

WINN, Peter. A revolução chilena. **UNESP**, 2009.



ZYL, Paul Van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **Revista anistia política e justiça de transição**, v. 1, p. 32-55, 2009. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia-1/anexos/2009revistaanistia01.pdf>>. Acesso em: 25 de jun. de 2021